

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TAMIRES APARECIDA DO AMARAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA  
ESTUDANTIL:  
A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

**FRANCA  
2018**

TAMIRES APARECIDA DO AMARAL

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA  
ESTUDANTIL:  
A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – *campus* de Franca), como requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Análise de Políticas Educacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca.

**Co-orientadora:** Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli.

**FRANCA  
2018**

A485p

Amaral, Tamires Aparecida do

Políticas públicas de permanência estudantil: a democratização do acesso ao ensino superior / Tamires Aparecida do Amaral. -- Franca, 2018

108 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientador: Genaro Alvarenga Fonseca

Coorientador: Maria Madalena Graciolli

1. Democratização do ensino superior. 2. Políticas de permanência estudantil. 3. Juventude. 4. Universidade. 5. Políticas públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

TAMIRES APARECIDA DO AMARAL

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – *campus* de Franca), como requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Análise de Políticas Educacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca.

**Co-orientadora:** Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli.

### BANCA EXAMINADORA

Presidente: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca  
UNESP – *campus* de Franca/SP

1º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes  
UNESP – *campus* de Franca/SP

2º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ana Cláudia da Silva  
UNB

Local: Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
UNESP – *campus* de Franca

Franca, 09 de outubro de 2018.

Dedico aos jovens alunos e egressos da escola pública que sonham em cursar uma faculdade. Dedico aos meus pais, Luiz Jeso do Amaral e Cássia Alves dos Santos Amaral, e ao meu namorado, Myung Kook Baldini.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por me permitirem e me ajudarem a conseguir o título de mestre.

Aos meus pais, Luiz Jeso do Amaral e Cássia Alves dos Santos Amaral, pela força e por acreditarem em mim, e, também, aos meus avós, João Laurindo do Amaral e Maria Aparecida do Amaral, e José Alves dos Santos e Maria de Loudes de Souza, pela vida dos meus pais e por tanto amor dedicado a nossa família.

Ao meu namorado, Myung Kook Baldini, pela força, companheirismo, amor, amizade, colo, carinho e compreensão, os quais foram fundamentais para este logro. Aos meus sogros e Vovó, Senhor Maurício Raimundo Baldini, Senhora Myung Soon Baldini e a Vovó Maria Aparecida Pereira Baldini, pelas orações, conselhos, força, entusiasmo, crença na minha capacidade, ânimo e por me fazerem ter ousadia, mas, ao mesmo tempo, paciência.

Aos meus irmãos, Tairone Leandro do Amaral e Thainan Júnior do Amaral, cunhadas e sobrinha, padrinhos, madrinhas, tios, tias, afilhadas, primos, primas e amigos, por me entusiasmarem, pelas orações e por me elevarem.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca, pela paciência, ensinamentos e dedicação a mim dispensados nestes dois anos. Ao Senhor, que Deus o abençoe e o meu muito obrigada!

À Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli, pela co-orientação. À Professora Vânia Martino, pela sensibilidade e ensinamentos durante todo o curso. Aos Professores Felipe Ziotti Narita e Alexandre Marques Mendes, pelas brilhantes contribuições no exame de qualificação.

À assistente social da UNESP de Franca, Senhora Fumiê Eto, ao diretor acadêmico da UEMG de Passos, Professor Mestre Itamar Teodoro de Faria e à assistente social do IFSULDEMINAS, unidade Passos, Denís Jesus da Silva, pela significativa contribuição que prestaram ao passarem os dados e a documentação necessários para este trabalho de pesquisa.

À revisora Raissa Médici e ao publicitário Fabrício Oliveira Augusto. Ambos, com carinho, respeito, profissionalismo e amabilidade, foram fundamentais para o encerramento e acordes finais do trabalho.

AMARAL, Tamires Aparecida do. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

## RESUMO

Esta pesquisa de dissertação de mestrado pretendeu analisar as políticas de permanência estudantil no ensino superior, especificamente as políticas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, e do Instituto Federal do Sul de Minas, IFSUL de Minas, investigando a legislação e os dados de sua aplicação. A eficácia dessas políticas foi analisada tendo como sujeito da análise o jovem de baixa renda, especialmente o da escola pública, averiguando se elas lhe eram de conhecimento e se ele as tinha como aspecto motivador para o prosseguimento dos seus estudos no ensino superior. Como resultado, criou-se uma contribuição a mais para o aumento do número de jovens das camadas populares no ensino superior, por meio da promoção da ampliação da divulgação das políticas de permanência estudantil através do conjunto de “Guias de Permanência Estudantil na Universidade Pública”, que é o produto desta dissertação de mestrado, e que é voltado para o aluno do ensino médio. O trabalho com os guias na escola pública considera o poder do docente como educador no processo de emancipação social do aluno, figurando como um impulsionador e um incentivador ao prosseguimento dos seus estudos na graduação. Sendo assim, este trabalho propõe estratégias novas no âmbito de ações e práticas pedagógicas a serem aplicadas no ensino médio da escola pública para potencializar a expansão da informação sobre as políticas de acesso e permanência estudantil no ensino superior, com a finalidade de aumentar o acesso, o ingresso e a permanência do jovem oriundo da escola pública e, principalmente, das camadas populares, na graduação. É preciso que os alunos do ensino médio da escola pública tenham aspirações ao ensino superior e que saibam que lhes é de direito cursá-lo de forma gratuita e, ainda, contando com as políticas de permanência estudantil. Tendo em vista a crescente possibilidade de ingresso de jovens egressos da escola pública na universidade pública, principalmente devido às ações afirmativas, faz-se necessário apresentar aos discentes do ensino médio as políticas de permanência estudantil oferecidas durante o curso de graduação. Há também uma reflexão sobre os futuros usufruidores dessas políticas, analisando as características da atual juventude brasileira.

**Palavras-Chave:** Democratização do ensino superior. Políticas de permanência estudantil. Juventude. Universidade. Políticas públicas.

AMARAL, Tamires Aparecida do. **Addressing the democratization of higher education**: an analysis of public policies of students' permanence in university. 2018. 108 p. Thesis (Master's in Planning and Analysis of Public Policies) - Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2008.

### ABSTRACT

This master's thesis aimed to go over the policies of permanence for students in higher education, especially the policies applied at UNESP (São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), UEMG (Minas Gerais State University - Universidade do Estado de Minas Gerais), and IFSULDEMINAS (Federal Institute of the South of Minas - Instituto Federal do Sul de Minas) to investigate the legislation and data from its adhibition. The efficacy of these policies was analyzed using low-income young adults as subjects of study, especially the ones coming from public schools, by checking if they were common knowledge to them and if they were a motivating aspect for the continuation of their pursuing higher education. As a result, a contribution to an increase in the number of young people from lower social classes in higher education was created, through the promotion of information on permanence policies for students via the kit of "Student Permanence in University Guides" as the product of this thesis, written for high school students. Works with the guides in public schools take into consideration the power of the teacher as an educator in the student's process of social emancipation, representing a propelling force towards the pursuit of post-secondary education. Hence, this paper proposes new strategies in the realm of actions and pedagogical practices to be used in public schools during high school, focusing on boosting the conveyance of information on politics of entrance and permanence in higher education, intending to increase the access, admission and permanence of young people from public schools and mainly from lower classes in colleges and universities. It is essential for high school students from public schools to have aspirations of entering post-secondary education, knowing that it is their right to study for free and count on permanence politics for students. By observing the growing possibilities of entrance of former public school students in higher education, mainly due to affirmative actions, it is necessary to present to high school students the politics of permanence for students offered during undergraduate programs. There are also reflections on the future users of these policies, taking in the characteristics of the current Brazilian youth.

**Keywords:** Higher education democratization. Permanence politics for students. Youth. University. Public policies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> -	Distância entre Passos (MG) e Franca (SP) .....	31
<b>Figura 2</b> -	Localização da cidade de Passos no estado de MG .....	34
<b>Figura 3</b> -	Localização do <i>campus</i> do IFSULDEMINAS e da unidade da UEMG em Passos .....	34
<b>Figura 4</b> -	Unidades da UEMG no estado de MG .....	39
<b>Figura 5</b> -	Unidades da UEMG em BH .....	40
<b>Figura 6</b> -	Polos EAD da UEMG .....	41
<b>Figura 7</b> -	Localização da cidade de Franca no estado de SP .....	47
<b>Figura 8</b> -	Localização da UNESP na cidade de Franca .....	47
<b>Figura 9</b> -	<i>Campi</i> da UNESP no estado de SP .....	74
<b>Figura 10</b> -	Logo CONDAS .....	70
<b>Figura 11</b> -	Auxílios de permanência estudantil da UNESP.....	76

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b>	Prédio da reitoria do IFSULDEMINAS .....	36
-		
<b>Foto 2</b>	<i>Campus</i> de Passos do IFSULDEMINAS.....	37
-		
<b>Foto 3</b>	Cidade administrativa Presidente Tancredo Neves, em BH (Reitoria da UEMG) .....	41
-		
<b>Foto 4</b>	Prédio principal da unidade de Passos da UEMG .....	45
-		
<b>Foto 5</b>	Prédio do Cire da unidade de Passos da UEMG .....	46
-		
<b>Foto 6</b>	Prédio da reitoria da UNESP.....	48
-		
<b>Foto 7</b>	<i>Campus</i> de Franca da UNESP .....	49
-		
<b>Foto 8</b>	Assinatura do Projeto de lei que institui programa de assistência estudantil para a UEMG .....	72
-		
<b>Foto 9</b>	I Condas (Conselho dos Diretórios Acadêmicos da UEMG) .....	74
-		

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Escolas de origem dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016 ..... 78
- Gráfico 2** - Escolas públicas dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016 ..... 79
- Gráfico 3** - Quantidade de alunos que ingressaram no curso de Direito pelas cotas em 2016 80  
.....
- Gráfico 4** - Quantidade de alunos ingressantes no curso de Direito que usufruíram das políticas de permanência estudantil em 2016 ..... 82

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> -	Os <i>campi</i> do IFSULDEMINAS.....	35
<b>Quadro 2</b> -	Polos de educação a distância do IFSULDEMINAS.....	35
<b>Quadro 3</b> -	Cursos do <i>campus</i> de Passos do IFSULDEMINAS.....	37
<b>Quadro 4</b> -	Cursos superiores da UEMG.....	42

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Escolas de origem dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016 .....	77
<b>Tabela 2</b> - Escolas públicas dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016 .....	78
<b>Tabela 3</b> - Quantidade de alunos que ingressaram no curso de Direito pelas cotas em 2016 .....	80
<b>Tabela 4</b> - Quantidade de alunos ingressantes no curso de Direito que usufruíram das políticas de permanência estudantil em 2016 .....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMBES	Ambulatório Escola
BAAE	Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão
BH	Belo Horizonte
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESEP	Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo
CGAE	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
CIC	Colégio Imaculada Conceição
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFINS	Contribuição para o Financiamento da Segurança Social
COPE	Coordenadoria de Permanência Estudantil
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional Do Ensino Médio
ETEC	Escola Técnica Estadual
FADECiT	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de MG
FAE	Faculdade de Educação
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FCLAR	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FESP	Fundação de Ensino Superior de Passos
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Classificação de Carência
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
INDEP	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados

IR	Imposto de Renda
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PET	Programa de Educação Tutorial
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPI	Preto, pardo e índio
PPISES	Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior
PROCAN	Programa de Seleção Socioeconômica
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RU	Restaurante Universitário
SAE	Setor de Assistência ao Educando
SCIELO	Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SRVEBP	Sistema de Reserva de Vagas da Escola Básica Pública
SP	São Paulo
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
UNCUYO	Universidad Nacional de Cuyo
UNED	Unidade Descentralizada de Ensino
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

## APRESENTAÇÃO

Eu, Tamires Aparecida do Amaral, moro em Passos com minha família: meu pai, serralheiro, e minha mãe, dona de casa, que estudaram apenas até o 4º ano do ensino fundamental. Tenho dois irmãos, também serralheiros. Eles trabalham na serralheria do meu pai desde os 11 anos de idade e ambos cursaram o ensino médio noturno. O mais velho terminou o ensino médio e, o mais novo, não. Sempre estudamos em escola pública. Até o Ensino Fundamental II, estudei na Escola Estadual São José, que é uma instituição periférica, situada no bairro em que cresci. Eu era uma aluna aplicada, com boas notas e sempre muito participativa e interessada. Os professores dessa escola me aconselharam a tentar uma bolsa de estudos em uma escola privada ou ir para uma escola "mais forte", mesmo que pública. No Ensino Fundamental II, eu já trabalhava como vendedora de cosméticos por catálogo. Nessa época, fui a várias escolas para pedir uma bolsa de estudos, eu sugeria que me fosse aplicada uma prova, mas nenhuma me deu ouvidos. Então cursei o ensino médio na Escola Estadual "Professora Júlia Kubitschek", uma escola que fica no centro da cidade, na qual tive maior incentivo da comunidade escolar (alunos, professores e dirigentes) em prosseguir os meus estudos no ensino superior. Com 14 anos, quando ingressei no ensino médio, comecei a trabalhar na serralheria do meu pai como secretária e como responsável pela limpeza e também continuei com as vendas por catálogo. Eu estudava de manhã e trabalhava à tarde. À noite, dedicava-me às vendas por catálogo. Meus irmãos e eu sempre trabalhamos com o meu pai para ajudarmos no orçamento da nossa casa. Meu pai sempre foi muito rigoroso: eu ganhava sermão por ter tirado 9,5 nas provas, porque, segundo ele, minha obrigação era tirar sempre 10. Ao estudar Física pela primeira vez no 1º ano do ensino médio, tirei minha primeira nota vermelha. Ainda com o dinheiro da venda por catálogos, paguei uma professora particular, umas cinco aulinhas, que era o que eu podia. Conversei com o professor de Física, contei que tinha vindo de uma escola mais fraca, ele me deu mais uma chance e estudei muito. Empenhei-me tanto, que tirei nota máxima nas provas e me tornei monitora de Física, Química, Matemática e Língua Portuguesa na escola do centro: eu ajudava os professores na sala de aula, atendia alunos com dificuldades na biblioteca após o intervalo e cheguei a dar algumas aulas particulares também. Sempre gostei muito de ler. Eu lia o jornal inteirinho diariamente. Então sempre estava informada sobre os cursos gratuitos e de formação

profissionalizante que a prefeitura de Passos oferecia. Durante o ensino médio, fiz vários: balconista, atendimento ao cliente, secretariado e outros. Quando eu estava cursando o 3º ano do ensino médio, fiz o cursinho comunitário da Educafro, à noite, que ficava no centro da cidade e no qual entrei provando carência financeira. E então, de manhã eu cursava o ensino médio, à tarde eu trabalhava como secretária e, à noite, ia para o cursinho. Eu tinha dois professores cujos filhos estudaram no Anglo e no Objetivo e tinham acabado de ingressar na universidade. Eles me doaram todas as apostilas que seus filhos usaram. Levei-as para a serralheria e eu estudava muito todas as tardes. Em agosto daquele ano, tive fortes crises de enxaqueca e, segundo o médico, era por estudar demais. Abandonei o cursinho e, no final do ano, prestei apenas o vestibular da FESP, a antiga faculdade privada aqui da minha cidade (que hoje é pública, UEMG). Passei em 1º lugar, mas, como não tinha dinheiro, não me matriculei. No ano seguinte, fui para um outro cursinho comunitário, que funcionava dentro do colégio católico aqui da minha cidade, Colégio Imaculada Conceição (CIC). Nesse ano, eu trabalhava como secretária de manhã e à tarde, estudando muito as apostilas que eu havia ganhado, e fazia o cursinho à noite. Em 2007 fui fazer Pedagogia na UNESP de Araraquara, formando-me no ano de 2010. Meus pais têm sete irmãos cada um e, mais ou menos, 35 sobrinhos, no total. Sou a única da família com ensino superior completo, uma das poucas com ensino médio completo e, também, a primeira a morar fora de Passos. A maioria dos meus primos está casada e já tem filhos. Durante a graduação, morei na moradia estudantil por dois anos e meio e tive bolsa alimentação e bolsa BAAE. Fiz intercâmbio em 2009, porque ganhei uma bolsa. Morei em Mendoza, na Argentina, estudei na Universidad Nacional de Cuyo e fiz matérias em três cursos de graduação diferentes, todos ligados a nossa Pedagogia aqui do Brasil, referentes à área de Metodologia Científica, Educação Ambiental, Currículo e Educação Especial. Viajei pela Argentina e também conheci o Chile. Lá morei em um *hostel* com 16 estudantes de países variados. Antes de ir, eu já participava e trabalhava no Programa de Educação Tutorial do curso de Pedagogia, o PET, mas não como bolsista. Quando voltei para o Brasil, uma pessoa desistiu e a bolsa veio para mim. Viajei muito aqui no Brasil pelo PET e participei e organizei muitos eventos. Fiz iniciação científica com a Professora Angela Viana Machado Fernandes, estudando a Fundação Casa. Trabalhei como monitora da disciplina Sociologia da Educação com o Professor José Vaidergorn. Participei do grupo de estudos desses dois professores e também do grupo de Orientação Vocacional da

Professora Maria Beatriz Loureiro de Oliveira, de Educação Infantil da Professora Maristela Angotti e de Filosofia para Crianças da Professora Paula Ramos e, também, como professora de Espanhol em um projeto para que os estudantes de escola pública de Araraquara conhecessem a UNESP, com a Professora Sueli Itman. Quando me formei, voltei para Passos e fui trabalhar no Ensino Fundamental e na Educação Infantil em um colégio privado da rede Pitágoras. Logo, assumi também a disciplina de Espanhol nesse mesmo colégio. No ano seguinte, comecei a trabalhar também na Wizard, como professora de Espanhol e Inglês para crianças, escola na qual ganhei uma bolsa para estudar Inglês. Ao voltar a residir em Passos, também comecei a dar aula de Espanhol nos dois cursinhos comunitários nos quais estudei, como professora voluntária. Em 2013, passei no concurso do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, no qual estou, desde então, lecionando no Ensino Fundamental I. Em 2014, cursei uma especialização em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais, na Universidade Federal de Itajubá, pelo Departamento de Engenharia de Produção, curso que fiz a distância e cujo TCC versou sobre Responsabilidade Social Empresarial. Fui orientada pelo Professor Bernardo Vasconcelos de Carvalho. No ano de 2016, ingressei no mestrado da UNESP de Franca em Planejamento e Análise de Políticas Públicas e mantive dois cargos no Colégio Tiradentes: o meu cargo enquanto professora efetiva no ensino fundamental e um cargo como professora de Espanhol designada no ensino médio. Trabalhei, também, como tutora presencial de Língua Inglesa no Programa Inglês sem Fronteiras do Instituto Federal do Sul de Minas. Em 2018, estou trabalhando, novamente, com um segundo cargo no Colégio Tiradentes da Polícia Militar: além de lecionar no ensino fundamental II, também sou supervisora pedagógica do ensino fundamental II. A minha história relata o motivo de eu ter escolhido o tema da democratização do ensino superior para estudar, especificamente as políticas de permanência estudantil, buscando o entusiasmo do aluno financeiramente carente para cursar uma graduação.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1 A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA</b> .....	24
1.1 Instituições de ensino pesquisadas .....	31
1.1.1 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – <i>campus</i> Passos.....	33
1.1.2 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – <i>campus</i> Passos .....	39
1.1.3 Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – <i>campus</i> Franca .....	46
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO – O JOVEM E SEU MEIO SOCIAL</b> .....	50
2.1 A pluralidade das juventudes .....	51
2.1.1 Interfaces da juventude com a escola pública .....	58
<b>3 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS</b> .....	67
3.1 Análise das políticas públicas de permanência estudantil do IFSULDEMINAS.	67
3.2 Análise das políticas públicas de permanência estudantil da UEMG .....	70
3.3 Análise das políticas públicas de permanência estudantil da UNESP .....	75
3.3.1 Análise quantitativa das políticas de permanência estudantil da UNESP de Franca .....	76
3.3.1 Análise específica do curso de Direito da UNESP de Franca.....	79
3.4 As considerações de discentes da UEMG e do IFSULDEMINAS sobre as políticas públicas de permanência estudantil .....	83
<b>4 O PRODUTO DESTE TRABALHO: O CONJUNTO DE GUIAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA</b> .....	87
4.1 Guia de permanência estudantil na UNESP FRANCA.....	88
4.2 Guia de permanência estudantil no IFSULDEMINAS.....	89
4.3 Guia de permanência estudantil na UEMG.....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>ANEXO A</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

“Há um menino, há um moleque, morando sempre no meu coração”.

(Milton Nascimento).

Esta pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Unesp (*campus* Franca), insere-se no âmbito das políticas educacionais e tem como foco as políticas públicas de permanência estudantil no ensino superior.

A escolha do tema levou em conta o crescente número de jovens socioeconomicamente vulneráveis que estão ingressando na universidade pública graças às políticas de acesso ao ensino superior, tais como as cotas destinadas aos candidatos com renda inferior ou igual a um salário mínimo e meio por pessoa. Sendo assim, considerou-se a preocupação com as possibilidades de permanência dos estudantes nos cursos de graduação, bem como com as políticas de permanência estudantil: se elas são conhecidas pelo aluno do ensino médio da escola pública, em conjunto com as informações sobre as cotas que lhe são reservadas para o ingresso no ensino superior, de modo que esse aluno possa se sentir mais amparado ao saber que conseguirá manter seus estudos na universidade sem precisar trabalhar e com pouca ou nenhuma ajuda financeira da família. Considera-se, desse modo, que o almejo desse aluno da escola pública por cursar uma universidade pública pareça e possa ser-lhe mais plausível.

Com as políticas públicas de permanência estudantil, a universidade visa diminuir a evasão dos seus estudantes, colaborar com um melhor aproveitamento e rendimento acadêmico do seu aluno, possibilitando-lhe meios para se sustentar sem a necessidade de trabalhar e, também, promover uma democratização do ensino superior de forma significativa, agindo holisticamente na vida do discente socioeconomicamente marginalizado que nela ingressa, atendendo, em sua maioria, aos estudantes que nela entraram pelas políticas de acesso ao ensino superior, principalmente às cotas destinadas aos egressos da escola pública.

Para a análise documental quantitativa e qualitativa, foram estudadas as políticas de permanência estudantil oferecidas pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), situada na cidade de Franca/SP; pela Universidade do Estado de Minas Gerais

(UEMG) e pelo Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), ambas as coletas de dados tendo sido feitas em seus respectivos *campus* na cidade de Passos/MG. A escolha se deu pela proximidade territorial e pelo fato da distinção da situação das políticas de permanência estudantil em cada uma destas instituições de ensino superior: na UNESP, as políticas de permanência foram institucionalizadas devido às muitas mobilizações estudantis; na UEMG, por não haver políticas de permanência estudantil institucionalizadas; e, no IFSULDEMINAS, por ser uma instituição que nasceu com as políticas de permanência estudantil institucionalizadas.

Paralelamente à abordagem das políticas públicas de permanência estudantil, faz-se uma reflexão sobre os futuros usufruidores dessas políticas, os alunos do ensino médio da escola pública, por meio da qual se discute, especificamente, as características da atual juventude brasileira; apresentam-se dados de pesquisas recentes sobre a temática; e promove-se, também, uma reflexão sobre a escola pública, analisando o incentivo que ela dá ao prosseguimento dos estudos de seus egressos no ensino superior. Para este trabalho, foi tomado como base a conceituação da “pluralidade das juventudes”, de Graciolli (2016), a qual avança a o entendimento da legislação que classifica o jovem apenas por sua idade. Esta pesquisa analisa a juventude como plural em seu aspecto social, financeiro, territorial, de descendência familiar, de grau de instrução do sujeito jovem e da sua família e pessoas do seu entorno social.

Através de análise bibliográfica, faz-se uma discussão sobre a questão da democratização do ensino superior e propõe-se uma nova estratégia no âmbito da ação e da prática pedagógica, a qual intenciona-se que seja aplicada no ensino médio da escola pública para potencializar a expansão da informação sobre as políticas de permanência estudantil na universidade e, conseqüentemente, aumentar o acesso, o ingresso e a permanência do jovem das camadas populares no ensino superior. Dentro deste trabalho de pesquisa, pode-se notar a preponderância do ponto de vista pedagógico dentro de um arcabouço metodológico composto por teorias, pretendendo-se assim um diálogo entre a teoria e os dados coletados na legislação e nos documentos das instituições.

Primeiramente, conduz-se uma análise da legislação sobre as políticas de permanência estudantil oferecidas pelas três instituições educacionais pesquisadas. De início, uma pesquisa documental na UNESP, *campus* de Franca, sobre os discentes ingressantes no ano de 2016 e, posteriormente, um recorte dentro dessa

pesquisa, por meio do qual se analisa, particularmente, os ingressantes no curso de Direito. Optou-se por fazer essa pesquisa na UNESP pelo fato de a pesquisadora ser aluna dessa universidade, havendo assim maior facilidade de acesso aos dados da referida instituição. Escolheu-se o recorte sobre o curso de Direito porque buscou-se analisar um curso que reserva prestígio à carreira a que seu profissional se destina (carreira jurídica) e porque é muito cogitado, tendo tido, em 2016, a concorrência de 55,1 candidatos por vaga para o período matutino e 41,6 para o noturno, sendo o curso da área das Humanidades mais concorrido nessa universidade, ficando, em comparação às demais áreas do conhecimento, em segundo lugar na concorrência, perdendo apenas para Medicina.

Os critérios utilizados para essa pesquisa na UNESP de Franca foram, primeiramente, o meio de ingresso dos calouros de 2016, se pela classificação geral ou se por alguma cota e, sendo por cota, por qual cota; segundo, de que tipo de escola pública são os ingressantes do ano de 2016, se de um colégio técnico, experimental, de aplicação, militar ou de uma escola pública comum. Com isso, buscou-se verificar se o crescimento do número de estudantes oriundos de escola pública que estão ingressando na universidade retrata um verdadeiro alcance da universidade pública ao aluno socioeconomicamente vulnerável, o que contribui para o debate foco deste trabalho: a democratização do ensino superior.

O produto final desta dissertação é um conjunto de guias sobre as políticas de permanência estudantil no ensino superior oferecidas pela UNESP, pela UEMG e pelo IFSUL de Minas. Os guias são voltados aos alunos do ensino médio, para que o conhecimento delas seja mais um fator motivacional para que pleiteiem uma vaga na universidade pública, e, também, aos calouros dessas instituições, para que, comprovada a carência financeira, saibam dos seus direitos.

O objetivo central é investigar as políticas de permanência vigentes na UNESP, na UEMG e no IFSULDEMINAS, concomitantemente ao estudo da teoria e da legislação sobre essas políticas. Sobre os objetivos específicos, um dos focos é a discussão da democratização do ensino superior e a contribuição dessa discussão para a disseminação de informações sobre os direitos do jovem das camadas subalternizadas de permanecer neste nível de ensino, o que é feito por meio dos guias abordando as políticas de permanência na universidade. Outro objetivo específico é analisar a juventude, ou seja, o destinatário das políticas de permanência no ensino superior, e possibilitar que, informados sobre essas políticas, os alunos e egressos da

escola pública tenham maior interesse e persistência em ingressar na universidade. Discutir o papel da escola e do professor do ensino médio, frente ao seu poder como educador no processo de emancipação social do aluno, figurando como um impulsionador e um incentivador ao prosseguimento dos seus estudos na universidade, também é um dos propósitos desta pesquisa.

Olhando para a democratização do ensino superior e tendo como base as políticas públicas de ingresso e de permanência estudantil na universidade pública, este trabalho tem o jovem estudante ou egresso da escola pública como público-alvo. Aborda-se, assim, a importância de a instituição educacional pública fazer um projeto de divulgação dessas políticas aos discentes, os quais concorrerão com jovens egressos de escolas privadas, as quais investem massivamente na motivação dos seus alunos a ingressarem no ensino superior, principalmente na universidade pública. Estas últimas têm nas aprovações dos seus egressos para a universidade uma forte ferramenta de *marketing*. É comum então o investimento dessas escolas em *outdoors*, páginas de revistas e anúncios em jornais com suas “Listas de Aprovados”, visando, assim, conquistar mais alunos/clientes.

O conjunto de “Guias de permanência na universidade para os alunos da escola pública”, produto deste trabalho, visa a que os alunos tenham quantidade de informação suficiente sobre seus direitos em receber auxílios por parte da universidade enquanto estudantes de graduação, desde que comprovem carência financeira. Segundo Bourdieu (1998), capital cultural é a cultura adquirida. Primeiramente, ele se dá pela transmissão familiar. O meio social a que a família pertence é um determinante importante do nível cultural a ser transmitido à criança, o que corrobora a importância da escola como uma das instituições responsáveis, junto à família, pela formação e educação do aluno. Considerando que as condições do meio determinam fortemente o destino dos indivíduos, esta dissertação, por meio da prática escolástica de distribuição e trabalho com os guias, busca colaborar com a família na inserção do jovem no meio informacional sobre as políticas de permanência estudantil que as universidades públicas oferecem aos seus alunos, buscando contribuir com a possibilidade de emancipação destes.

Diante dessa premissa, a presente pesquisa de mestrado busca inovação na postura da escola de ensino médio e da universidade, concernente ao seu olhar e preocupação com a permanência do aluno de baixa renda no ensino superior. Por meio da elaboração de um instrumento, o conjunto de guias sobre as políticas de

permanência estudantil na universidade, incentiva-se uma prática pedagógica por parte da escola que leve ao conhecimento do seu estudante as possibilidades de sobrevivência em outra cidade, sem trabalho ou sem um amparo financeiro suficiente por parte de sua família, e isso graças a um levantamento sobre os tipos de auxílios financeiros que as universidades públicas oferecem.

Neste aspecto, esta pesquisa faz uma comparação entre a escola privada e a escola pública, sobre o trabalho de orientação ao prosseguimento dos seus estudos no ensino superior que estas instituições oferecem aos seus alunos. Além de abordar a temática de que o foco da escola privada é o marketing, a propaganda dos seus aprovados para angariar alunos para o próximo ano e, com isso, um trabalho significativo com os estudantes do ensino médio visando a aprovação destes na universidade pública, enquanto que, na escola pública, vê-se a falta deste incentivo, de uma prática pedagógica por parte do corpo docente ou da equipe pedagógica que objetiva a instrução dos seus discentes no conhecimento de universidade e sobre os diferentes cursos de graduação existentes. Também é ressaltada a questão da diferença em trabalhar este assunto da possibilidade do ingresso no ensino superior na escola pública e na escola privada, pelo fato dos direitos que apenas o aluno da escola pública possui, e dos auxílios direcionados ao socioeconomicamente miserável, assunto muito importante para também ser abordado pelos educadores da escola pública, visando o incentivo dos seus alunos para um futuro ingresso na universidade.

A metodologia utilizada nesta pesquisa obedece a referenciais teóricos postulados no campo das Ciências da Educação, em artigos disponíveis na plataforma Scielo (*Scientific Electronic Library Online* – Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) e em obras referentes ao tema da democratização do ensino superior, das políticas de permanência estudantil na universidade pública, da juventude, da escola e do papel do professor. São pesquisadas, também, as políticas de permanência estudantil no *site* do Ministério da Educação e das instituições participantes da pesquisa, UNESP, UEMG e IFSULDEMINAS.

## 1 A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Entende-se por política pública a intervenção do Estado, sozinho ou em conjunto com outras instituições ou grupos sociais, no ordenamento da sociedade, para fins de satisfação das necessidades dos indivíduos que a integram. Em termos mais específicos, trata-se da soma das atividades do governo, englobando a organização, as ações jurídicas, sociais e administrativas, os planos, as metas e as atividades de auxílio imediato que as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) traçam pelos interesses coletivos, e que influem na vida dos cidadãos visando ao bem-estar social.

O planejamento de uma política pública exige um alto nível de rigor, devido à aparente escassez de recursos (provenientes dos impostos) e à grande quantidade de necessidades a serem atendidas. Por isso, torna-se indispensável definir as prioridades. Um diagnóstico antes da implementação da política, mapeado por indicadores, por exemplo, é imprescindível. A ação ou a não ação do governo perante uma área, um tema ou um público, e a definição desse público, do motivo pelo qual receberá determinada política, e que diferença essa política fará nas vidas de seus membros, fazem parte das discussões necessárias para o planejamento, a implementação, a execução e a avaliação de uma política pública.

Não é possível chegar, analiticamente, a políticas inequivocamente boas para todos; se são boas para alguns grupos, podem prejudicar outros. Neste caso, observamos que uma solução analítica para as opções políticas exigirá um critério que permita decidir que grupos devem ser beneficiados. (LINDBLUM, 1981, p. 22).

No Brasil, o planejamento estratégico na administração pública é uma atividade extremamente técnica, dominada por economistas e burocratas, com pessoal específico para planejar e outro pessoal específico para implementar as ações governamentais. A gestão pública trabalha com metas coletivas, advindas de e limitadas por questões políticas e jurídicas específicas da atuação estatal, de modo que os gestores se tornam os principais atores das políticas públicas. Eles são formados, competentes, especializados e habilitados para refletir sobre o papel do Estado, para relacionar o público e o privado, para trabalhar com o interesse coletivo imediato e para buscar o desenvolvimento, simultaneamente à busca pelo bem-estar

da sociedade. Esses profissionais possuem autonomia em sua gestão e no uso dos recursos financeiros públicos.

O planejamento em políticas públicas tem que ser visto como um processo, e não como um produto técnico somente. O processo de planejamento é um processo de decisão política que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente. (OLIVEIRA, 2006, p. 284).

A formulação das políticas públicas continua centralizada na esfera federal. Já a implementação cabe, também, aos governos estadual e municipal, graças à Constituição Federal de 1988, que modificou a regra de que a União era a única responsável pela formulação e pela implementação das políticas públicas.

Para Di Giovanni,

O conceito de políticas públicas é um conceito evolutivo, na medida em que a realidade a que se refere existe num processo constante de transformações históricas nas relações entre estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, mas que, cada vez mais, estão referidas nos processos de democratização das sociedades contemporâneas. (DI GIOVANNI, 2009, p. 8).

A receita orçamentária para a política pública vem da arrecadação dos seguintes impostos: contribuição para a Previdência Social, Imposto de Renda (IR), Contribuição para o Financiamento da Segurância Social (CONFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Há, no entanto, uma grande desigualdade na arrecadação desses impostos, mesmo em municípios ou estados com igual perfil econômico. Sendo assim, a análise das políticas públicas demanda pensar a economia no aspecto social, olhando para o tema da moradia, da saúde e da educação, por exemplo, e considerando a inter-relação entre Estado, política, economia e sociedade.

A Ciência da Política Pública possui um viés interdisciplinar, abarcando conhecimentos que passam pela gestão, planejamento, economia e demais campos do saber, e que são necessários para que se possa entender o processo de

elaboração e a fase de execução das políticas e para que se possa obter dados para a sua interpretação em uma determinada época e contexto.

Nem toda política pública é uma política social, mas toda política social é uma política pública. Ambas abrangem campos multidisciplinares, como nos temas referentes aos seus orçamentos e discussões. Para a prática da ação, porém, essas políticas exigem campos do saber diferenciados. Pode-se citar a interferência econômica, por exemplo, quando se fala em políticas educacionais e se considera a influência que o Banco Mundial exerce sobre elas. Para se pensar políticas públicas, é necessário que se analisem as relações de poder, que se contextualize historicamente a política, que se avalie a conjuntura econômica e que se caracterize a sociedade, olhando a sua participação ou não, e levando em conta que, para haver participação popular, é necessária uma formação mínima dos cidadãos.

Há também que se pensar na diferença entre Estado e governo para caracterizar a política pública, considerando que existem políticas de governo, que duram apenas o tempo do mandato do governo que as planejou e executou, e políticas de Estado, que, em contrapartida, não acabam quando se encerra o mandato, mas permanecem, sofrendo apenas algumas alterações, se necessário. Atualmente, existem muitas políticas de governo e poucas políticas de Estado.

No que diz respeito à presença de características da gestão privada na administração pública, pode-se verificar a gestão estratégica, a gestão financeira, a gestão de pessoas e os mecanismos de controle. A administração pública é uma grande área do saber. O planejamento tem como foco mudar uma situação presente por meio de decisões, controle, questionamento, avaliações e resultados, presentes e futuros, e apresenta uma orientação tecnicista. A globalização da economia acarreta um acentuado espírito e prática de competitividade.

O planejamento é de um alto grau de racionalidade. Há a preocupação com a participação da sociedade e, da parte dela, uma grande demanda em relação aos serviços prestados pelo Estado. Tenta-se uma gestão democrática e participativa. Eficiência, eficácia e efetividade estão presentes no Estado forte, empreendedor e inovador, que segue uma missão, uma visão, valores; que detecta fragilidades e oportunidades; que atua com base em metas, objetivos, metodologia e estratégias; que se preocupa com a avaliação e possui controle do processo.

Sendo assim, a questão da transparência é primordial, porque é tida como uma proteção contra novas formas particularistas no Estado, como o clientelismo e o

corporativismo. A esfera pública é compreendida como um *locus* onde os cidadãos aprendem com o debate público e onde o governo local os torna capazes de participar das decisões que afetam suas vidas e as de suas comunidades, na elaboração das políticas públicas. Nesse *locus* ocorrem as discussões, por exemplo, sobre planejamento estratégico, contando com nova cultura cívica, que congrega políticos, funcionários e cidadãos, os quais tendem a controlar mais a qualidade dos serviços públicos.

Buscando aprofundar uma abordagem sobre aspectos de programas de políticas públicas de permanência estudantil no ensino superior, foi feita uma investigação de material bibliográfico a qual revelou que há pouco material científico produzido sobre o assunto. Sobre as políticas de permanência estudantil e sua importância para a democratização do ensino superior, Heringer e Honorato (2015) discorrem sobre a discrepância entre o número de estudantes que ingressaram em 2011 e em 2012 no curso de Pedagogia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) por meio da reserva de vagas, e o número de concluintes, colocando a permanência estudantil como um dos aspectos a serem trabalhados para se alcançar a verdadeira efetividade da garantia do direito do estudante de baixa renda de cursar a universidade pública.

Tendo em vista o crescente número de alunos egressos da escola pública, estudantes das “camadas subalternizadas”, segundo Vargas e Paula (2013), que estão cursando o ensino superior em universidades públicas, torna-se necessário um estudo sobre as políticas de permanência estudantil, para que o aluno pobre, além de conhecer as políticas de cota que o amparam no ingresso na universidade pública, saiba, também, que terá possibilidades de cursar a faculdade contando com as políticas públicas voltadas para sua permanência no ensino superior.

Sobre as políticas de acesso ao ensino superior, este estudo dá enfoque à Lei nº 15.259/04, que instituiu o Sistema de Reserva de Vagas para as categorias e os respectivos percentuais listados abaixo, englobando, especificamente na Categoria 2, o público com o qual este projeto de pesquisa almeja trabalhar, ou seja, os alunos da escola pública:

- Categoria 1 – afrodescendentes, desde que carentes – reserva de 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso de graduação;

- Categoria 2 – egressos de escola pública, desde que carentes – reserva de 20% (vinte por cento) das vagas de cada curso de graduação;
- Categoria 3 – pessoas com deficiência<sup>1</sup> ou indígenas – reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de cada curso de graduação. (BRASIL, 2004, p. 2013).

A partir do sistema de reserva de vagas, possibilitando o aumento de alunos socioeconomicamente vulneráveis ingressando na universidade pública, que esta pesquisa justifica a necessidade de investigar as políticas de permanência estudantil, visando uma democratização significativa do ensino superior, desde que a universidade, além de garantir o acesso, forneça auxílios para que, principalmente os estudantes que ingressaram pelas cotas, tenham condições de cursar a graduação.

Desenvolvido pelo Ministério da Educação, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) contribuiu muito para o aumento do número de alunos socioeconomicamente vulneráveis no ensino superior. Primeiro, porque o candidato utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase de seu processo seletivo para ingressar na universidade; segundo, porque a seleção é feita em apenas uma fase e em várias cidades do Brasil (não sendo, necessariamente, nas imediações da cidade da instituição para a qual se pleiteia); e, terceiro, porque o processo custa para o aluno um valor bem menor que um vestibular de universidade pública. Após a apresentação dessas políticas de acesso, este trabalho parte para a indagação feita por Michelotto, Coelho e Zainko (2006): expansão é indicador de democratização?

Em 1968, por meio da Lei nº 5.537, de 21 de novembro, A. COSTA E SILVA, o 27º Presidente do Brasil, o segundo do período da Ditadura Militar, criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP) e definiu, como uma de suas competências, prestar assistência técnica e financeira, visando a garantir o acesso e a permanência do estudante no ensino superior, por meio da concessão de bolsas de estudo e permanência e ressarcimento de despesas dos estudantes. Em 24 de abril de 2013, por meio da Lei nº 12.801, a Presidente Dilma Rousseff reafirmou aquela lei de 1968.

Em 2010, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho, determinou, no âmbito do Ministério da Educação, a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que tem como finalidade expandir as condições de permanência dos jovens

---

<sup>1</sup> A lei traz a expressão “pessoas com deficiência”, a qual já foi atualizada para “pessoas com necessidades especiais”.

na educação superior federal, visando à democratização desse nível de ensino, à diminuição das desigualdades sociais decorrentes da não conclusão da educação superior, à minimização das taxas de desistência e à contribuição à inclusão social por meio da educação.

O decreto prescreve que as ações visando à permanência estudantil sejam articuladas com o ensino e com a pesquisa, e que a assistência estudantil abarque moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Compete a cada instituição federal de ensino superior definir os critérios de seleção de estudantes a serem beneficiados, com atendimento prioritário aos estudantes egressos da escola pública e com renda per capita de até um salário mínimo e meio.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (BRASIL, 2010, p. 2).

Na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) é a responsável pelos auxílios aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além de ser aluno regularmente matriculado em uma unidade da UNESP, o acadêmico precisa provar renda per capita familiar de, no máximo, um salário mínimo e meio.

Desde a década de 1990, a UNESP possui iniciativas para uma política de permanência estudantil e de inclusão (Cursinhos Pré-vestibular, Programa Adote um Aluno, Bolsas de Apoio Acadêmico e Extensão, Moradias Estudantis, Auxílios Aluguel, Restaurantes Universitários, Subsídios Alimentação, Centros de Vivência). No site da instituição, encontra-se o documento intitulado “Impacto Financeiro do Programa de Inclusão e de Permanência Estudantil”, por meio do qual a UNESP apresenta seus programas de permanência estudantil e ressalta a atenção especial dada, desde 2014, em obediência a uma solicitação do governo do estado, aos alunos ingressantes na graduação através do Sistema de Reserva de Vagas da Escola Básica Pública (SRVEBP).

Em 2012, o Governo do Estado de São Paulo, por meio do Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior (PPISES), solicitou que as universidades estaduais implantassem um programa de ação afirmativa para a inclusão de alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica na graduação, acolhendo, em 50% de suas vagas, alunos egressos de escolas públicas, dentre as quais 35% deveriam ser reservadas para os grupos étnicos preto, pardo e índio (PPI). A UNESP estabeleceu que, em cinco anos, terá incluído os 50% de estudantes de escola pública, tendo início com a inclusão de 15% em 2014, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018.

E, mesmo com este aumento do acesso do estudante socioeconomicamente vulnerável ingressando na universidade pública garantido por lei, as políticas públicas de permanência estudantil não possuem uma obrigação numérica legal para o seu oferecimento por parte da instituição. Sendo assim, mais uma vez, as pesquisas acadêmicas em torno destas políticas precisam ser intensificados, para que a luta pela democratização significativa e certa do ensino superior aconteça.

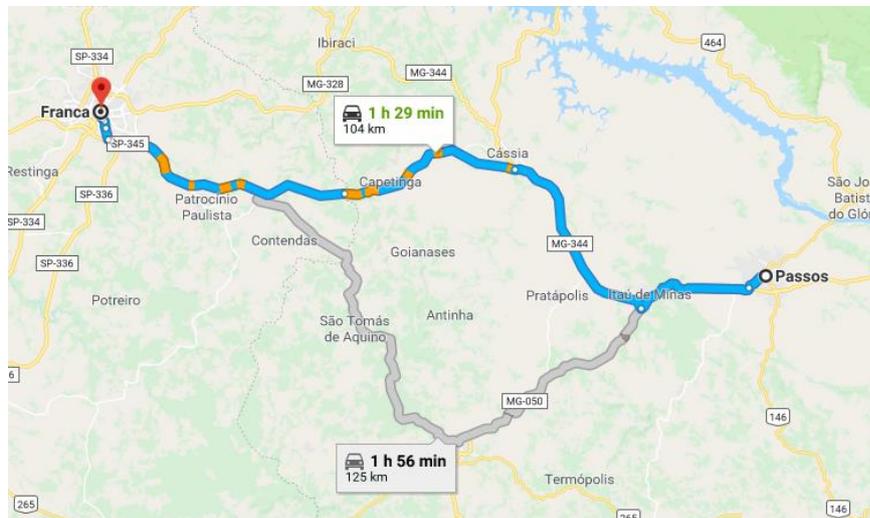
O produto desta dissertação de mestrado, o conjunto de guias das políticas de permanência estudantil na universidade pública, conterà a amostragem de auxílios financeiros que a UNESP, a UEMG e o IFSULDEMINAS (instituições pesquisadas neste trabalho e que terão suas características apresentadas mais adiante) oferecem visando à ajuda e à manutenção do aluno de classe baixa ou média baixa em outra cidade, como, por exemplo, a moradia estudantil, o auxílio-aluguel, a bolsa-alimentação, o auxílio material didático, o auxílio transporte, o auxílio creche, e as bolsas de iniciação científica destinadas a alunos de baixa renda. Segundo Dias Sobrinho (2010), as políticas públicas de democratização do ensino superior devem ir muito além da oferta de vagas, porque devem também visar a assegurar boas condições de permanência dos estudantes egressos da escola pública nos cursos de graduação.

Este trabalho almeja que, com a prática pedagógica por parte dos educadores da escola pública de trabalhar com os guias sobre as políticas de permanência estudantil na universidade pública com os seus alunos no ensino médio, os discentes tomem conhecimento do seu direito enquanto socioeconomicamente carentes e tenham argumentos a mais para prosseguir seus estudos no ensino superior.

### 1.1 Instituições de ensino pesquisadas

A escolha das três instituições de ensino se deu tendo em vista a proximidade das cidades onde estão localizadas: Passos, no estado de Minas Gerais, e Franca, no estado de São Paulo (FIGURA 1). Sendo assim, considerou-se a hipótese de que o jovem que decida prestar o vestibular da UEMG e/ou do IFSULDEMINAS, em Passos, possa também decidir prestar o da UNESP, em Franca, pela proximidade das duas cidades.

**FIGURA 1** – Distância entre Passos (MG) e Franca (SP)



**Fonte:** Google Maps (2018)

Outro quesito para a escolha dessas instituições foi a autoridade e o respeito que a UNESP, a UEMG e o IFSULDEMINAS ocupam no cenário do ensino superior brasileiro. Após a escolha das três instituições, por meio dos critérios “proximidade espacial” e “posição de prestígio”, e após o estudo sobre a história e a realidade de suas iniciativas visando a democratização do ensino superior, foi constatada o quão diferente uma instituição é da outra, principalmente no quesito que é o foco deste trabalho, a “democratização do ensino superior”. Como já dito em páginas anteriores, há políticas de permanência estudantil graças à anos de mobilizações estudantis; já a UEMG, não conta com estas políticas de forma institucionalizadas e apenas oferece alguns auxílios, os quais, segundo o diretor acadêmico, servem o aluno em prol da sua permanência na cidade de Passos e, mesmo não contando com as políticas de permanência, a Universidade Estadual de Minas Gerais possui 78% do seu corpo discente composto por estudantes como egressos da escola

pública; e, o IFSULDEMINAS, assim como os demais institutos federais de outros estados brasileiros, nasceu com as políticas de permanência estudantil institucionalizadas.

Nessa perspectiva, o estudo das políticas de permanência estudantil oferecidas por essas três instituições possibilitou a construção dos guias de permanência estudantil de cada um desses educandários, e que são o produto desta dissertação de mestrado. Esses guias são ferramentas a serem trabalhadas com os estudantes do ensino médio da escola pública, para que eles tomem conhecimento dos direitos que lhes são resguardados pelas políticas de permanência estudantil oferecidas pela universidade pública e consigam manter seus estudos durante o curso de graduação.

O IFSULDEMINAS é uma instituição que já nasceu com as políticas de permanência estudantil: o foco da construção dos institutos federais foi o de garantir o acesso do aluno socioeconomicamente vulnerável e a permanência desse aluno no instituto. Tanto que, para a instalação dos *campi*, o primeiro critério era o estudo da cidade para a implantação, se ela já não contava com satisfatório número de estabelecimentos oferecendo o ensino superior, levando em conta o número de habitantes; escolhida e justificada a cidade, partia-se para o critério de escolha do bairro e, nesse caso, era observada a escassez de recursos públicos básicos oferecidos à população, bem como a classe social da maioria de seus membros.

A UEMG é uma universidade formada pela junção de institutos privados de ensino superior do estado de Minas Gerais. Em Passos, por exemplo, antes da estadualização, a população contava com a Fundação de Ensino Superior de Passos, A FESP, que, com a estadualização, foi então incorporada pela UEMG. Atualmente, a UEMG, unidade de Passos, vem passando por uma crise alarmante, porque os recursos financeiros repassados pela reitoria são escassos se comparados ao que a FESP estava acostumada a empregar mensalmente para a manutenção da sua estrutura física. Sendo assim, muitos laboratórios foram desativados e a estrutura física está visivelmente precária quando se lembra de quando era FESP. Além disso, os docentes trabalham descontentes devido à grande diferença salarial entre a antiga FESP e atual UEMG, principalmente para o professor especialista, para o qual o salário mensal é de R\$ 1200,00 por 20h semanais de trabalho, menos da metade do que a FESP pagava. O adiamento do início de várias disciplinas nos mais diversos cursos de graduação é uma prática

rotineira na UEMG de Passos todo início de ano, pela falta de professor inscrito no processo seletivo. E, quando o processo ocorre, o diretor acadêmico recebe o aval de contratar por uma carta convite. Outro dado interessante para este trabalho de pesquisa é que a UEMG não possui políticas de permanência estudantil institucionalizadas e, como o produto desta pesquisa de mestrado é um conjunto de guias das políticas de permanência das três instituições pesquisadas, o guia UEMG foi feito com os auxílios que a universidade oferece que podem contribuir à permanência do graduando nos seus estudos.

Já a UNESP é uma das universidades de maior renome no Brasil e, junto à USP (Universidade de São Paulo) e à UNICAMP (Universidade de Campinas), forma o trio das grandes universidades paulistas. A UNESP alcançou seus recursos para investimento nas iniciativas de democratização do ensino superior e, especificamente, para a institucionalização das políticas de permanência estudantil, por meio de reivindicações feita por mobilizações estudantis. A UNESP também nasceu pela junção de institutos isolados do estado de São Paulo, mas, diferentemente da UEMG, esses institutos eram, em sua maioria, públicos.

A discrepância da situação da democratização do ensino superior entre as três instituições pesquisadas pode ser conceituada como um estudo de caso. A riqueza de dados coletados pela pesquisadora, a investigação sobre a vivência dos estudantes socioeconomicamente miseráveis dentro destas três universidades, a postura destas de preocupação ou não em se atender e se importar com o discente pobre que nela ingressa, trouxeram uma valiosa amostragem para discutir a temática da democratização do ensino superior dentro da academia.

#### 1.1.1 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – *campus* Passos

O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), com menos de 10 anos de existência em Passos, e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), há quatro anos estadualizada, são as únicas instituições da cidade de Passos que oferecem o ensino superior na modalidade presencial. Há outras faculdades na cidade, mas todas oferecem somente cursos a distância.

**FIGURA 2** – Localização da cidade de Passos no estado de MG

**Fonte:** Raphael Lorenzeto de Abreu (2006)

**FIGURA 3** – Localização do campus do IFSULDEMINAS e da unidade da UEMG em Passos

**Fonte:** Google Maps (2017)

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se deu por meio da união de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas a universidades. Três antigas escolas agrotécnicas das cidades de Machado, Muzambinho e Inconfidentes promoveram a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Sul de Minas Gerais. A tabela abaixo mostra as cidades nas quais o IFSULDEMINAS possui *campus*:

**QUADRO 1** – Os *campi* do IFSULDEMINAS

<b><i>Campi</i> do IFSULDEMINAS</b>
<i>Campus</i> Inconfidentes
<i>Campus</i> Machado
<i>Campus</i> Muzambinho
<i>Campus</i> Passos
<i>Campus</i> Poços de Caldas
<i>Campus</i> Pouso Alegre
<i>Campus</i> avançado Carmo de Minas
<i>Campus</i> avançado Três Corações

**Fonte:** Elaborado com dados do site do IFSULDEMINAS.

Na tabela seguinte, estão listadas as cidades nas quais o IFSULDEMINAS possui polo de educação a distância:

**QUADRO 2** – Polos de educação a distância do IFSULDEMINAS

<b>Polos de educação a distância do IFSULDEMINAS</b>
Alfenas
Alterosa
Andradas
Andrelândia
Boa Esperança
Bom Repouso
Cambuí
Campo Belo
Campo do Meio
Campos Gerais
Carmo do Rio Claro
Coqueiral
Cruzília
Guaxupé
Inconfidentes
Ilicínea
Itajubá
Itanhandu

Machado
Monte Santo de Minas
Muzambinho
Pouso Alegre
São Gonçalo do Sapucaí
Santa Rita de Caldas
Três Corações
Três Pontas
Varginha

**Fonte:** Elaborado com dados do site do IFSULDEMINAS

A reitoria do IFSULDEMINAS se situa na cidade de Pouso Alegre.

**FOTO 1** – Prédio da reitoria do IFSULDEMINAS



**Fonte:** Portal do IFSULDEMINAS

Em 2010, o *campus* Passos do IFSULDEMINAS iniciou as suas atividades, mas foi apenas em 2011 que se iniciou o processo de transformação definitiva do estabelecimento de ensino de Passos em *campus*, por meio da nomeação dos primeiros professores efetivos e da primeira audiência pública para verificar, de acordo com as características da cidade e da região, a demanda de cursos a serem ofertados. O instituto conta com salas de aula, prédio administrativo, quadras de esporte, biblioteca e refeitório. Mais de 70% dos professores do *campus* de Passos possuem qualificação em nível de mestrado e doutorado. O IFSULDEMINAS de Passos possui uma frota de carro, van e ônibus para dar suporte às viagens técnicas de estudantes e docentes.

**FOTO 2** – *Campus* de Passos do IFSULDEMINAS

Fonte: Portal do IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS em Passos localiza-se no Bairro Penha II, um bairro marginalizado da cidade e cuja maioria dos habitantes é de classe baixa ou média-baixa. O Penha II também é um bairro muito conhecido nos meios policiais pelo alto número de usuários de toxicod dependência, crimes e pela presença de adolescentes e jovens autores de atos infracionais.

O instituto desenvolve muitos e diversos projetos e ações com a população socioeconomicamente miserável da cidade de Passos, tendo como critério ser um beneficiário do Programa Bolsa Família e, também, ser morador do bairro Penha II, onde está localizado. As últimas ações do IFSULDEMINAS voltada este público foram cursos de artesanato destinados a mulheres, como de “Amarração de tapete” e de “Bordado”.

Os cursos oferecidos na cidade são:

**QUADRO 3** – Cursos do *campus* de Passos do IFSULDEMINAS

<b>Técnico Integrado ao Ensino Médio</b>
Comunicação Visual
Informática
Produção de Moda
<b>Técnico Subsequente</b>
Enfermagem
Modelagem do Vestuário
Multimeios Didáticos (Ead)
Secretaria Escolar (Ead)
<b>Superior</b>

Administração
Ciência da Computação
Licenciatura em Matemática
Tecnologia em Design de Moda
Tecnologia em Produção Publicitária
<b>Pós-graduação</b>
Enfermagem em Urgência e Emergência (Ead)
Enfermagem Oncológica
Ensino de Humanidades
Gestão Estratégica de Negócios (Ead)
Mídias e Educação (Ead)
Tecnologias para Desenvolvimento Web (Ead)

**Fonte:** Elaborada com dados do site do IFSULDEMINAS

Os cursos de Produção de Moda, Modelagem do Vestuário e Tecnologia em Design de Moda foram implantados no *campus* da cidade de Passos devido ao fato de a cidade ser polo de moda regional e contar com muitas fábricas que fornecem roupas para diversas cidades do país. Em Passos há a famosa “Avenida da Moda”, que, na realidade, é a Avenida Comendador Francisco Avelino Maia, mas que recebeu este apelido por concentrar as lojas das maiores fábricas de Passos.

Os cursos de Enfermagem, Enfermagem em Urgência e Emergência e Enfermagem Oncológica também foram trazidos para Passos pelo fato de na cidade estarem instalados a Santa Casa de Misericórdia de Passos, o Hospital São José (UNIMED) e o Hospital do Câncer, todos referências regionais em saúde. Já os cursos Ensino de Humanidades e Mídias e Educação atendem muitos docentes que buscam o IFSULDEMINAS para se aperfeiçoarem cursando uma pós-graduação.

O IFSULDEMINAS é uma instituição que muito se importa com a questão da sua publicidade na escola pública, para angariar alunos desta. Pelo fato do instituto oferecer o ensino médio integrado a um curso técnico em período integral, várias escolas públicas estaduais da cidade possuem projetos de extensão no contraturno mediados pelos seus professores no horário de carga horária complementar ou, até mesmo, por seus professores que exercem a docência no projeto de forma voluntária, voltados para a preparação dos seus alunos a um possível ingresso no instituto federal no ensino médio. O ingresso do aluno da escola estadual no IFSULDEMINAS já para

o ensino médio, permite o seu conhecimento desde os 15 anos da existência e de um convívio em um ambiente universitário, porque, o ensino médio, os cursos de graduação e de pós-graduação, são oferecidos no mesmo prédio dentro do instituto. Já no ensino médio o aluno tem o direito de usufruir das políticas de permanência estudantil no ensino superior. Por ainda não ter 18 anos, sua família é convocada para uma reunião com a assistente social e todo o setor de saúde da instituição para uma palestra e conversa sobre as políticas de permanência. Então, o convívio do aluno e da sua família desde o ensino médio no instituto federal, já no ambiente universitário e com o conhecimento das políticas de permanência estudantil, propiciam que um conhecimento da existência desta instituição pública na cidade, oferecendo de forma gratuita os cursos de graduação, com a possibilidade do ingresso do aluno da escola pública pelas cotas e, ainda, com a possibilidade do direito às políticas de permanência estudantil.

#### 1.1.2 Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – *campus* Passos

A UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais, está presente nas seguintes cidades:

**FIGURA 4 – Unidades da UEMG no estado de MG**

#### A UEMG EM MINAS GERAIS



Fonte: Site da UEMG.

A UEMG possui, no total, 22 mil alunos e foi criada como universidade em 1989 e implementada em 1992. A criação da UEMG, segundo o diretor da Unidade de Passos, Itamar Bonfim, foi inspirada na criação da UNESP, que se deu em 1976, por meio da unificação de institutos públicos. Diferentemente da UNESP, todavia, a UEMG foi criada por meio da unificação de fundações particulares, que seriam, aos poucos, estadualizadas. O processo de estadualização terminou em 2014, com a integralização das suas últimas seis unidades privadas, sendo, uma delas, a unidade estudada nesta pesquisa, da cidade de Passos.

Quando era particular, a unidade de Passos se chamava Fundação de Ensino Superior de Passos, FESP. A FESP contava com o PROUEMG, um programa de bolsas de estudo que oferecia até 50% de desconto para alunos economicamente carentes que ingressavam na fundação.

A reitoria da UEMG se situa na capital do estado, Belo Horizonte, dentro da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves. A cidade também abriga faculdades da universidade:

**FIGURA 5** – Unidades da UEMG em BH

### UEMG EM BELO HORIZONTE



**Fonte:** site da UEMG.

**FOTO 3** – Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, em BH (Reitoria da UEMG)



**Fonte:** site da UEMG.

A UEMG também está presente, com polos de educação a distância, nas cidades mostradas abaixo:

**FIGURA 6** – Polos EAD da UEMG



**Fonte:** site UEMG

Na tabela abaixo, estão descritos os cursos superiores oferecidos pela UEMG, bem como a unidade na qual eles são oferecidos, a categoria e as modalidades:

**QUADRO 4 – Cursos superiores da UEMG**

<b>CURSO</b>	<b>UNIDADES</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>MODALIDADES</b>
Administração	Abaeté Cláudio Frutal Passos	Graduação	Bacharelado
Agronomia	Ituiutaba Passos	Graduação	Bacharelado
Artes Plásticas	Belo Horizonte	Graduação	Bacharelado e Licenciatura
Artes Visuais	Belo Horizonte	Graduação	Licenciatura
Biomedicina	Passos	Graduação	Bacharelado
Ciências Biológicas	Carangola Divinópolis Ibirité Ituiutaba Passos Ubá	Graduação	Bacharelado e Licenciatura
Ciências Contábeis	Abaeté Cláudio Passos	Graduação	Bacharelado
Ciências Sociais	Barbacena	Graduação	Licenciatura
Comunicação Social/Publicidade e Propaganda	Divinópolis Frutal Passos	Graduação	Bacharelado
Design	Ubá	Graduação	Bacharelado
Design – Moda	Passos	Graduação	Bacharelado
Design de Ambientes	Belo Horizonte	Graduação	Bacharelado
Design de Produtos	Belo Horizonte	Graduação	Bacharelado
Design Gráfico	Belo Horizonte	Graduação	Bacharelado
Direito	Diamantina Frutal Ituiutaba Passos	Graduação	Bacharelado
Educação Física	Divinópolis Ibirité Ituiutaba Passos	Graduação	Bacharelado e Licenciatura
Enfermagem	Divinópolis Passos	Graduação	Bacharelado
Engenharia Ambiental	João Monlevade Passos	Graduação	Bacharelado

Engenharia Civil	Divinópolis João Monlevade Passos	Graduação	Bacharelado
Engenharia da Computação	Divinópolis Ituiutaba	Graduação	Bacharelado
Engenharia de Minas	João Monlevade	Graduação	Bacharelado
Engenharia de Produção	Divinópolis Passos	Graduação	Bacharelado
Engenharia elétrica	Ituiutaba	Graduação	Bacharelado
Engenharia metalúrgica	João Monlevade	Graduação	Bacharelado
Estética e Cosmética	Passos	Graduação	Tecnólogo
Física	Passos	Graduação	Licenciatura
Fisioterapia	Divinópolis	Graduação	Bacharelado
Geografia	Carangola Frutal	Graduação	Licenciatura
Gestão Comercial	Passos	Graduação	Tecnólogo
História	Campanha Carangola Divinópolis Passos	Graduação	Licenciatura
Jornalismo	Divinópolis Frutal Passos	Graduação	Bacharelado
Letras - Português	Passos	Graduação	Licenciatura
Letras - Português e Inglês	Carangola Divinópolis Ibirité	Graduação	Licenciatura
Matemática	Carangola Divinópolis Ibirité Passos	Graduação	Licenciatura
Medicina	Passos	Graduação	Bacharelado
Música - Bacharelado com habilitação em Instrumento ou Canto	Belo Horizonte	Graduação	Bacharelado
Música - Licenciatura com	Belo Horizonte	Graduação	Licenciatura

habilitação em Educação Musical Escolar			
Música - Licenciatura com habilitação em Instrumento ou Canto	Belo Horizonte	Graduação	Licenciatura
Nutrição	Passos	Graduação	Bacharelado
Pedagogia	Barbacena Belo Horizonte Campanha Carangola Cláudio Divinópolis Ibirité Ituiutaba Leopoldina Passos Poços de Caldas	Graduação	Licenciatura
Psicologia	Divinópolis Ituiutaba	Graduação	Bacharelado
Química	Divinópolis Ituiutaba Ubá	Graduação	Licenciatura
Serviço Social	Abaeté Carangola Cláudio Divinópolis Passos	Graduação	Bacharelado
Sistema de informação	Carangola Frutal Ituiutaba Passos	Graduação	Bacharelado
Tecnologia em Agronegócio	Ituiutaba	Graduação	Tecnólogo
Tecnologia em Alimentos	Frutal	Graduação	Tecnólogo
Tecnologia em Gestão Ambiental	Ituiutaba	Graduação	Tecnólogo
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Belo Horizonte	Graduação	Tecnólogo
Tecnologia em Processos Gerenciais	Belo Horizonte Campanha	Graduação	Tecnólogo

Tecnologia em Produção Sucroalcooleira	Frutal Ituiutaba	Graduação	Tecnólogo
Turismo	Carangola	Graduação	Bacharelado

**Fonte:** elaborado com dados do site da UEMG.

A Unidade de Passos oferece cursos de graduação e pós-graduação na modalidade presencial. Atualmente, ocupa dois prédios, o principal e o prédio Cire. O prédio principal da UEMG fica em uma zona nobre e comercial da cidade e há transporte público para levar os estudantes dos bairros periféricos para estudar. O CIRE é um complexo recente da universidade. Antigamente era um clube aquático, o qual foi comprado pela UEMG e teve sua estrutura reformada. Este fica em uma zona residencial nobre da cidade de Passos e, até então, não havia ônibus que circulava pelo bairro. Hoje em dia, já há.

**FOTO 4** – Prédio principal da unidade de Passos da UEMG



**Fonte:** site da UEMG de Passos

**FOTO 5** – Prédio do Cire da unidade de Passos da UEMG



**Fonte:** site da Prefeitura Municipal de Passos

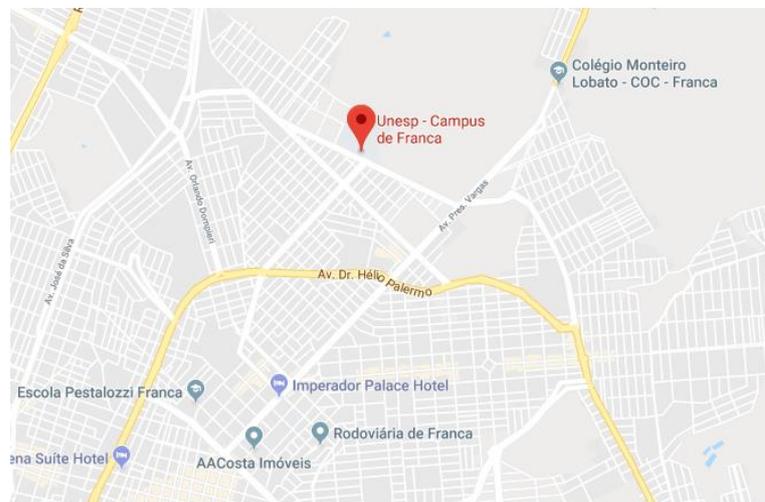
Por ter sido estadualizada apenas há 4 anos, a UEMG atrai um número significativo de candidatos para o seu vestibular, pelo fato destes acreditarem que, por ser uma instituição pública nova, ainda não é muito conhecida, como as universidades renomadas do Brasil e, principalmente, do Sudeste. É comum ouvir dos estudantes da universidade que não possuíam o conhecimento da existência da Universidade Estadual de Minas Gerais e, tampouco, de uma cidade chamada Passos, mas, como viram a possibilidade de inscrição nesta instituição que oferece o ensino superior gratuito pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada) e, por acreditar que não é almejada por ser nova e não muito conhecida, inscreveram-se e conseguiram ingressar. O primeiro vestibular para Medicina, por exemplo, que foi no ano de 2016, alcançou a taxa de 269 candidatos por vaga, sendo o mais concorrido do Brasil e ganhando grande repercussão na mídia por esta situação. A justificativa da maioria dos estudantes foi a de que acreditou que, por não ser muito conhecida, teria pouca gente prestando, mas, aconteceu o contrário. O vestibular da UEMG possui candidatos das mais diversas partes do Brasil e, muitos destes, com a crença de que seja mais fácil aprovar por ser uma instituição nova e por ainda não ser uma universidade de referência.

### 1.1.3 Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (UNESP) – *campus* Franca

A unidade da UNESP estudada nesta pesquisa foi a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, *campus* Franca.

**FIGURA 7** – Localização da cidade de Franca no estado de SP

Fonte: Google Maps (2018)

**FIGURA 8** – Localização da UNESP na cidade de Franca

Fonte: Google Maps (2018)

A Unesp foi criada em 1976, por meio da unificação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Esses institutos eram unidades universitárias criadas no final dos anos 50 ou 60 e localizadas em várias cidades do interior paulista, e que ofereciam o ensino nas diversas áreas do conhecimento, honrando o tripé “docência, pesquisa e extensão de serviços à comunidade”. Essas escolas foram referência na implantação do ensino superior público de qualidade no interior do Estado de São Paulo.

Primeiramente, elas foram administradas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Mais tarde, sua direção foi confiada à Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (Cesep). Com isso, os Institutos Isolados clamavam por uma política de aproximação que lhes desse uma identidade. Em 1976, pela Lei

n. 952, de 30 de janeiro, criou-se a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Atualmente, a UNESP possui *campi* nas seguintes cidades do estado de São Paulo:

**FIGURA 9** – *Campi* da UNESP no estado de SP



Fonte: site UNESP (2018).

**FOTO 6** – Prédio da reitoria da UNESP



Fonte: site G1 (2018).

A UNESP possui 136 cursos de graduação, e forma, por ano, 5,6 mil novos profissionais. Possui 256 opções de cursos de pós-graduação. Também possui três colégios técnicos: o Colégio Técnico Industrial "Prof. Isaac Portal Roldán", em Bauru, que oferece o Ensino Médio e os cursos técnicos em Informática, Eletrônica e

Mecânica; o Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá "Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim", em Guaratinguetá e o Colégio Técnico Agrícola "José Bonifácio", em Jaboticabal, ambos oferecendo o Ensino Médio e os cursos técnicos em Informática e Agropecuária. No *campus* de Franca, a UNESP oferece os cursos de graduação em História, Serviço Social, Relações Internacionais e Direito e está localizado em uma zona residencial da cidade.

**FOTO 7** – *Campus* de Franca da UNESP



**Fonte:** Site do *campus* de Franca da UNESP.

A UNESP ocupa o ranking das melhores universidades do Brasil e, inclusive, da América Latina, e está entre as três mais disputadas de São Paulo no famoso trio das universidades de referência “USP, UNESP e UNICAMP”. É comum ouvir dos estudantes da UNESP que sonhavam desde muito tempo ingressar nesta universidade, por quão famosa que é e pelo lugar de referência e de autoridade que ocupa na sociedade.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO – O JOVEM E SEU MEIO SOCIAL

Considerando a juventude como o grupo de pessoas ao qual é diretamente direcionado o produto desta pesquisa, a saber, os guias de permanência estudantil no ensino superior, elaborados para a divulgação de informações ao discente do ensino médio das escolas públicas, este capítulo conta com uma reflexão sobre a pluralidade das juventudes.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) conceituam o jovem de forma demográfica, por meio de definição etária. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo censo demográfico, define o jovem como a pessoa entre 14 e 24 anos. Esta pesquisa, no entanto, tem como base o entendimento de que o jovem é aquele com idade entre 15 e 29 anos, conforme concebe o Estatuto da Juventude (2013), o qual dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). A escolha metodológica de tomar o Estatuto da Juventude como critério se baseia no fato de que, atualmente, parte da juventude, principalmente a mais abastada, tem demorado mais tempo para sair desta fase e entrar no estágio da vida adulta, o que caracteriza uma espécie de “moratória social”.

Para as Ciências Humanas e Sociais, a juventude não é uma singularidade, por isso precisa ser considerada a ideia de uma pluralidade de juventudes. Esta ideia se justifica pela consideração da questão da heterogeneidade das juventudes, e leva em conta os universos, sonhos, espaços e vivências diferenciadas de um grupo de pessoas na mesma faixa etária e em um mesmo espaço geográfico. Segundo Gracioli (2006), há que se remeter aos jovens no plural, ou, melhor dizendo, aos grupos de jovens, pelas diferenças sociais que existem entre as pessoas nessa faixa etária:

A concepção de jovem como categoria social é criação da sociologia, referindo-se ao período intermediário entre a infância e as funções sociais dos adultos. [...] Assim, pode-se definir a juventude como uma *categoria social*, não apenas uma faixa etária, limitada por idades, mas um grupo caracterizado pela diversidade. (GRACIOLI, 2006, p. 28-29).

## 2.1 A pluralidade das juventudes

Segundo Sales e Vasconcelos (2016), a trajetória dos jovens na sociedade contemporânea está repleta de inseguranças e desafios, propensa a percursos sinuosos e a caminhos incertos. Além disso, a juventude convive com a pressão causada pelas expectativas sobre ela depositadas, fomentadas pela mídia, pelos políticos, pela família e pela escola, que propagam a ideia de que a qualificação garantirá um emprego, como se apenas o esforço individual fosse o bastante (diz o famoso bordão: “não falta emprego, faltam profissionais capacitados”).

Os pais anseiam que, com a escolarização, seus filhos tenham melhores profissões que as suas. Ademais, o discurso neoliberal prega a meritocracia, com a ideia de que “se está desempregado, é porque não está qualificado”, a qual esfumaça a face mercadológica da exclusão neste modo de vida capitalista, no qual não há lugar para todos.

As fases de sua vida eram lineares, contínuas e consistiam em: estudar e preparar-se profissionalmente por meio da formação escolar; depois, o exercício de um trabalho bem remunerado, fonte central de identidade e signo indiscutível da idade adulta; a constituição de uma família; e, por fim, a aposentadoria. Hoje, essa trajetória biográfica, capaz de garantir um percurso previsível para o ingresso na vida adulta, constitui não mais a regra geral, mas, sim, a exceção. (SALES; VASCONCELOS, 2016, p. 10).

Com a democratização do ensino, a relação dos jovens com a escola mudou, porque essa instituição passou a ser vista como obrigação, como um degrau para logros futuros graças a suas diplomações. Mas, com a crise no mundo do trabalho, o jovem se frustra frente a suas expectativas, sobretudo devido à fronteira entre escolarização e inserção no mercado de trabalho, porque aumenta-se o nível de qualificação e certificação e, simultaneamente, diminui-se o número de empregos.

Remetendo-se ao jovem oriundo de camada social mais pobre, com vida sem muitas perspectivas devido ao contexto, local de origem e vivência familiar, somados à crise econômica, permeada pelo desemprego, subemprego e mercado volátil, Sales e Vasconcelos (2016) perguntam: “há lugar para sonhar e projetar futuro?”.

Marx, em seu livro “Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844” (2006), fala sobre a alienação e refere-se às relações de trabalho do século XIX, nas quais, muitas vezes, o trabalhador desconhece o objeto que ele mesmo produziu. Marx cita a

propriedade privada, a divisão social do trabalho e a desvalorização do homem como conjugados ao processo de alienação:

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica e a vida individual; primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada. (MARX, 2006, p. 116).

Sobre o contexto econômico, verifica-se que o jovem pobre na maioria das vezes já trabalha e, em alguns casos, desde a infância. Sendo assim, as responsabilidades lhe chegam mais cedo. O trabalho infantil amiúde é visto pelos pais como meio de afastar o filho da marginalidade e aumentar a renda familiar. Ele se caracteriza como um trabalho informal e precário, pelo fato de a pessoa iniciá-lo muito cedo, com baixa escolaridade, e, por esse motivo, obter as piores vagas e remunerações, o que traz instabilidade, sentimento de angústia e impotência.

No contexto da juventude, Gracioli (2006) reflete sobre a culpabilização da situação dos jovens:

A necessidade de testar limites é também necessidade de sobrevivência do desejo de afirmação de vida, mas, não deve ser atribuída toda a responsabilidade desses perigos apenas aos jovens quando, de fato, a sociedade nem sempre lhes oferece oportunidades para que possam assumir responsabilidades. Certamente, os verdadeiros perigos são os que lhes impedem de ter domínio sobre a própria vida: o desemprego, o emprego precário, a exclusão escolar, a baixa escolaridade, as dificuldades de obter experiência profissional, a falta de perspectivas... O perigo é viver em uma sociedade na qual não se pode intervir, em que lhe é negado o direito de participar, uma sociedade com várias formas de abandono e ausência de proteção. (GRACIOLI, 2006, p. 51-52).

O jovem da camada popular muitas vezes também se torna pai ou mãe precocemente, deixa a casa paterna para se casar e escolhe sua profissão por contingências da vida, por necessidade financeira. A essa situação, Gracioli (2006) acrescenta mais perigos aos quais a juventude está sujeita:

Os riscos são muitos, geralmente associados às precárias condições de vida, novos modos de viver e experimentar o sexo, manifestações de violência, consumo de drogas, gravidez na adolescência, culturas

rebeldes e chocantes, lazeres violentos e transgressivos. (GRACIOLI, 2006, p. 50)

A escola pública deve estar consciente de que está trabalhando com jovens que estão na instituição devido à democratização da educação escolar, ou seja, atendendo um corpo discente heterogêneo, composto, inclusive, por muitos jovens das classes marginalizadas da sociedade civil, que têm um universo de possibilidades mais restrito devido a suas carências financeiras e, como consequência, culturais e sociais. Sendo assim, a escola deve ter uma preocupação para além do aspecto quantitativo.

Este trabalho tem como foco a democratização do ensino superior e baseia-se na análise e discussão das políticas voltadas à permanência estudantil na universidade pública. Através dos guias das políticas públicas de permanência estudantil elaborados, busca-se colaborar com a instituição escolar na divulgação dessas políticas aos seus discentes. Isso porque, como se sabe, as escolas públicas geralmente não contam com quantidade suficiente de informação relativa aos cursos de graduação existentes, às formas de ingresso na universidade pública e às políticas de permanência com as quais os alunos poderão contar quando estiverem matriculados nos cursos de graduação.

Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016) fizeram uma pesquisa com jovens do Ensino Médio de uma comunidade rural de Feira de Santana, na Bahia, e, na análise dos resultados, constataram que os

mecanismos de acesso ao ensino superior como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Universidade para Todos (ProUni) e as políticas de cotas sociais e raciais ainda parecem ter impacto pequeno na construção de planos e projetos futuros para os jovens entrevistados. As menções a tais políticas e programas públicos foram escassas, revelando pouco conhecimento sobre os mesmos. (LARANJEIRA; IRIART; RODRIGUES, 2016, p. 12).

A escola pública deveria contar com um projeto de disseminação das políticas públicas de acesso ao ensino superior, elencando as formas para o ingresso, uma amostragem das ações afirmativas, informações sobre vestibulares, universidades públicas, sobre o grande número e variedade de cursos superiores ofertados no país, informações sobre as políticas de permanência estudantil no ensino superior, objetivando, assim, informar os discentes e entusiasamá-los a prosseguirem seus

estudos. O conhecimento destas informações pelos jovens seria um fator motivacional para que almejassem pleitear uma vaga na universidade pública.

Considerando o conceito de capital cultural, que, segundo Bourdieu (1998), define-se pela condição de cultura adquirida, a atuação da escola é fundamental para levar o discente a refletir sobre sua identidade social e questionar seus papéis, principalmente o aluno que não teve essa provocação feita pela família. As instituições educacionais públicas, haja vista seu poder no processo de emancipação social do aluno, configuram-se como impulsionadoras e incentivadoras ao prosseguimento dos estudos de seus estudantes no ensino superior.

A educação, de acordo com a vertente da psicologia russa, é colocada em destaque por partir do pressuposto de que os seres humanos se apropriam da cultura para se desenvolverem e para que ocorra o desenvolvimento da sociedade como um todo. Sem a transmissão dos resultados do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade para as gerações seguintes, seria impossível a continuidade do processo histórico. (FACCI, 2004, p. 230).

Assim, a escola é tida como o meio para o conhecimento, como afirma Saviani:

Nesse quadro (pedagogia tradicional), a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. (SAVIANI, 2008, p. 5).

Na pesquisa de Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016) com jovens, em sua maioria de camadas subalternizadas da sociedade, estes que declararam que:

Em alguns casos, comparam-se a outros(as) jovens que se encontram fora da escola, desempenhando trabalhos braçais ou dedicando-se ao cuidado dos filhos. Assim, atribuem a si mesmos uma posição de elite por estarem concluindo o ensino médio, embora reconhecendo que levam um baixo repertório social e cultural para concorrer a postos de trabalho mais qualificados ou ao ensino superior. (LARANJEIRA; IRIART; RODRIGUES, 2016, p. 12).

Sales e Vasconcelos (2016) relatam a história de uma jovem que escolheu o curso de Turismo, mesmo sem interesse na área, por ser uma das possibilidades oferecidas em sua escola. Na verdade, queria algo ligado à informática. Ao final do

curso, além de desempregada, ficou frustrada, porque não gostava do que estava apta a fazer.

A vinda para a escola profissional foi para ela uma oportunidade de sair de casa, de ausentar-se do clima difícil que a família passava com as bebidas e brigas do pai. Ela não compreendia muito bem o significado nem a proposta da escola, apenas queria um local e espaço para afugentar-se dos seus tormentos. (SALES; VASCONCELOS, 2016, p. 81).

Já os jovens abastados, eles, atualmente, permanecem dependentes da família, morando com os pais, tendo casamentos tardios, entrando também tardiamente para o mercado de trabalho, em uma moratória social na qual “permanecem estudantes”, porque cursam o ensino superior, uma pós-graduação e/ou realizam um intercâmbio no exterior, e continuam dependentes em função da formação educacional e do treinamento profissional.

Já para os jovens de classe média, há possibilidade de adiamento legitimado das responsabilidades adultas, o período de formação torna-se cada vez mais longo, em decorrência da exigência de conhecimentos cada vez mais complexos, para inserção profissional que atenda às expectativas de sua classe, havendo um prolongamento das trajetórias escolares.

Neste contexto, retarda-se, cada vez mais, a incorporação dos jovens à vida adulta, tornando-se cada vez mais frequente encontrar pessoas física e psicologicamente adultas, mas, que socialmente não são assim consideradas, pois continuam na dependência dos pais, não se incorporam ao mundo do trabalho, não podem formar uma nova família; não porque não queiram ser independentes, trabalhar ou manter uma relação matrimonial estável e independente, mas porque as difíceis condições sociais de acesso ao mundo do trabalho, o prolongamento da escolaridade, entre outros fatores, tornam impossível a realização desses desejos. (GRACIOLI, 2006, p. 45-46).

Conforme Klein e Arantes (2016, p. 139), “o período de transição entre a juventude e a vida adulta tende a prorrogar-se na sociedade contemporânea”. Com isso, segundo eles,

Constrói-se uma interpretação da juventude como um tempo preparatório/formativo, entre a infância e a vida adulta, no qual os sujeitos, que nele se situam, não possuem, ainda, as responsabilidades dos adultos, sejam elas sociais ou técnicas. Dito de outra forma, trata-se de um espaço de tempo concedido, socialmente, aos indivíduos para que eles se preparem para entrar na sociedade

adulta, uma espécie de moratória social. (KLEIN; ARANTES, 2016, p. 4).

Bonnewitz (2003), ao falar sobre as estratégias de manutenção, que são iniciativas postas em prática com o intuito de “resguardar” o dinheiro da família em um “seio seguro”, ressalta que a evolução estrutural da sociedade modifica essas estratégias, visando assegurar a eficácia delas em determinada época e contexto. O autor exemplifica dizendo que, tradicionalmente, o recrutamento de capitais era concentrado na esfera familiar e, atualmente, essa seleção se baseia nos títulos acadêmicos. Assim, os bens conseguidos por herança são transformados em investimentos educativos, para que os filhos tenham acesso às posições dominantes através desse “capital cultural certificado”.

Outras estratégias de manutenção ocorrem quando a classe abastada promove a limitação voluntária do número de filhos para que estes concentrem uma maior quantidade de bens cada um, inclusive ao repartir a herança – Bonnewitz (2003) salienta que, muitas vezes, os sucessores são até preparados educadamente para esse fim –; quando se investe na saúde da família; quando se investe dinheiro e/ou bens materiais; e quando se promove o casamento entre primos ou mesmo se procura um companheiro (a) saudável para casar o filho (a), por exemplo.

Enquanto os jovens em contextos sociais desfavoráveis cursam o ensino médio na escola pública por falta de grandes expectativas e motivações por parte da família, por falta de recursos financeiros e, por vezes, por esse nível de ensino não fazer parte do seu capital cultural e de sua experiência familiar, ou ainda por inatividade da parte da instituição educacional, os jovens pertencentes às parcelas privilegiadas encaram os últimos três anos do seu processo de escolarização como algo natural, como um caminho para a universidade, porque o diploma superior faz parte do seu contexto familiar e social, o que reforça o hiato social. A escola pública deve mostrar aos jovens a relevância dos estudos para as suas vidas e orientá-los sobre suas possibilidades. Segundo Castro e Tavares Júnior, “embora o número de alunos matriculados no ensino médio tenha aumentado significativamente nos últimos anos, menos de 60% dos jovens conseguem terminar essa etapa e uma fração ainda menor consegue ingressar no ensino superior” (2016, p. 240-241).

Diante das colocações acima, conclui-se que há uma grande distinção na vida, no cotidiano, na vivência e nas aspirações de jovens de camadas sociais diferenciadas:

As mudanças ocorridas na sociedade contribuem para validar esse período como sendo de preparação. A infância tornou-se menor, encantada por uma adolescência que começa muito cedo e uma juventude que se prolonga até mais tarde, por volta dos trinta anos, sendo assim, quase um terço da população possui o rótulo de jovem. Porém, é possível identificar diferenças de vivências na espera por alcançar a vida adulta entre os jovens das classes subalternas e os jovens das classes médias. (GRACIOLI, 2006, p. 44).

Gracioli (2006) analisa a diferença dos projetos de futuro dos jovens de acordo com a sua classe social e escreve:

Houve preocupação em focar suas vivências reais, sua trajetória pelo ensino médio e seus projetos de futuro de forma que a construção dessa imagem não seja romanceada nem satanizada, mas focada nas multifacetadas que essa categoria social projeta, algumas vezes reveladas sobre sombras e descrenças e, em outras, sob luzes e esperança. Revelam-se em surpreendentes imagens exatamente como são, fruto das condições sócio-culturais do seu entorno. (GRACIOLI, 2016, p. 23).

Os diferentes modos de vida, que são variantes ocasionados pelo pertencimento a diferentes camadas sociais, por exemplo, são os principais responsáveis pelas adaptações da cultura, pela diversidade desta em um determinado meio.

A entrada do filho de um operário agrícola ou de um assalariado na Universidade deve-se alguma distinção da família deste da classe social em que se situa. Como exemplo, cita-se o fato de o menino ser filho único, de ter ascendentes na família com ensino superior, de ter tido um maior acesso quando criança à cultura erudita, de ter sua residência em boa localização (perto de teatros e museus), de ter um incentivo externo (de um professor, por exemplo), etc.

Porque, se o ser humano é aberto a todas as possibilidades, o que vai dar a diferença de comportamento é o fato de ele ter nascido entre os esquimós, os Tuareg ou entre os brasileiros, ou franceses. Mas, ao nascer, ele pode ser colocado em qualquer um desses espaços sócio-culturais, pois ele vai internalizar a cultura daquele espaço, independente de sua máscara racial. Por meio do conceito de cultura,

elimina-se qualquer possibilidade de diferenças ligadas à raça, à etnia, ao espaço, ao clima [...] (WHITAKER, 2003, p. 18).

Diante da diversidade e, muitas vezes, carência do aluno, o professor da escola pública, fazendo uso do conceito de cultura, o qual, segundo Whitaker, inspira a “compreensão do outro” e faz com que a visão que se arrecada do outro seja respeitada democraticamente, alcança o “processo de humanização”. Assim, o professor trabalha na busca por fazer o seu aluno tornar-se mais humano:

O homem pode se tornar humano ou desumanizar-se. A cultura aperfeiçoada via educação, movimentos sociais, ação política, etc., pode levar os sujeitos a um grau de humanização mais adequado. Ou se a cultura não se desenvolver, se ela for barrada, se for destruída, ela se desumaniza e, assim, podemos caminhar para a animalização do homem. (WHITAKER, 2003, p. 18).

Além disso, o poder da ideologia e a escassez de personalidade proporcionada pelo não acesso à cultura proporcionam a dominação das classes menos favorecidas economicamente pelas classes dominantes modernas. As pessoas mais humildes são, por vezes, menos cultas, pelas deficiências financeiras e pela falta de tempo, encontrando-se, então, mais propensas à manipulação, à incorporação de ideologias, ao artifício de poder dos dominantes. Conforme lembra Gracioli (2006), há a a necessidade da lente responsável dos professores ao olhar os seus alunos, ao se preocuparem com como a matéria que lecionam pode colaborar com o jovem na sua preparação para o futuro.

Desta forma, a realidade no início do século XXI, no que concerne ao acesso e permanência na universidade pública, parece mais promissora aos jovens, porém o momento carece de maior empenho da escola pública, não só no aspecto de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de informações sobre as mudanças sociais que incidiram sobre a realidade da educação no ensino superior.

### 2.1.1 Interfaces da juventude com a escola pública

Mesmo considerando a escola como um agente promotor da emancipação de seu aluno, esta pesquisa reconhece a “instituição escola” como elemento de preservação da estrutura social e econômica dominante.

Um Aparelho Ideológico do Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. [...] desse sistema é realizado toda Ideologia de Estado ou parte dessa ideologia. A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de suporte. (ALTHUSSER, 2008, p. 104).

Também Avritzer (1994), assim como Foucault (1977), fala sobre a punição ou a “dominação” na modernidade quando afirma que esta não está limitada ao surgimento de formas impessoais de coordenação da ação, e corrobora citando as corporações e a política como exemplos da burocratização do poder que coordenam a ação social, através das políticas públicas, do controle da atividade econômica e de ações avaliadoras da pobreza, que são medidas provindas da administração pública exercida por estes órgãos. Avritzer (1994) apoia-se em Hegel para definir a relação entre o sistema legal e o sistema político.

O sistema legal constitui uma “moderna” forma de controle, ou punição, como prefere Foucault (1977), forma de institucionalização da opinião pública no sistema político por intermédio dos direitos de participação política. O sistema legal moderno permite o domínio do poder por intervenção de pautas de publicidade transformadas em restrições legais para o exercício da autoridade.

O conceito de sociedade civil implica o reconhecimento de instituições intermediárias entre o indivíduo, por um lado, e o mercado e o Estado por outro. Estas instituições que exercem o papel de mediação entre o indivíduo e as instituições sistêmicas cumprem o papel da institucionalização de princípios éticos que nem a ação estratégica no interior do mercado, nem o exercício do poder central seriam capazes de produzir. (AVRITZER, 1994, p. 278).

Uma vez que as relações de poder em nossa sociedade são praticadas de forma racionalizada e burocratizada, tendo o aparato normativo como instrumento de sua legitimação, percebe-se que a escola passa a desempenhar um papel significativo nesse contexto, uma vez que representa um mecanismo para a reprodução das ideologias dominantes e promoção da ordem institucionalizada.

Nossa vida desenvolve-se em um mundo de normas. Acreditamos ser livres, mas, na verdade, estamos envoltos numa densa rede de regras de conduta, que, desde o nascimento até a morte, dirigem nossas ações nesta ou naquela direção. A maior parte dessas regras já se tornou tão habitual que não percebemos mais sua presença. Mas, se

observarmos um pouco do exterior o desenvolvimento da vida de um homem através da atividade educadora exercida sobre ele por seus pais, por seus professores e assim por diante, percebemos que ele ocorre sob a orientação de regras de conduta. (BOBBIO, 2008, p. 3).

Nota-se que o ensino médio da escola pública é um projeto pedagógico fundamentalmente capitalista, sendo a sua concepção e elaboração planejada de forma a favorecer o suprimento de mão-de-obra no mercado de trabalho.

Em virtude das formas econômicas e políticas existentes que agora fornecem os princípios segundo os quais é organizada boa parte de nosso cotidiano, esse processo reprodutivo é uma “necessidade lógica” para a contínua manutenção de uma ordem social desigual. O desequilíbrio econômico e cultural segue-se “naturalmente”. (APPLE, 1982, p. 65).

Assim, a instituição escolar se coloca como verticalmente hierarquizada, sem perspectivas de mudança em relação à manutenção do *status quo*, principalmente no tocante a trabalhar a questão da autonomia no exercício pedagógico.

A escola coloca sua dimensão técnica-pedagógica a serviço de modelos sociais da classe dominante, deixando de priorizar os interesses de seus alunos. [...] a escola de Ensino Médio serve para reproduzir e difundir, pela formação de novos cidadãos, os interesses das classes dominantes. (GRACIOLI, 2006, p. 53)

Mas, sob o aspecto teórico do capital cultural, segundo Bourdieu (1998), as condições do meio motivam fortemente o destino dos indivíduos, juntando-se ao seu contexto sócio-histórico e pessoal. E, mesmo considerando a afirmação de Bordieu, assim como dos demais teóricos citados acima, de que a escola é um meio de conservação social, os guias de permanência estudantil no ensino superior, produtos deste trabalho, mostram que esta pesquisa crê, também, no poder da escola de fazer o jovem refletir profundamente sobre sua identidade social e questionar seus papéis, visto o grau de desinformação e a falta de incentivo com que o jovem das camadas subalternas convive.

Entendemos que uma educação voltada para a construção de uma cidadania democrática não pode se orientar apenas pelos valores advindos das forças do mercado. Ao contrário, deve centrar-se em um currículo (conteúdos e estratégias) que capacitem o ser humano para o desempenho de atividades que pertencem aos três domínios explicitados por Severino (1994): “a vida em sociedade, a atividade

produtiva e a experiência subjetiva, a integração dos homens no tríplice universo do trabalho, da simbolização subjetiva e das relações políticas”. (PALMA FILHO, 1998, p. 119).

Comungando da leitura dialética de Saviani sobre a prática escolar, este trabalho parte do princípio de que a escola, mesmo sendo instrumento para a reprodução do *status quo* da burguesia, é um espaço com muito potencial para a luta de classes, com poder emancipador na vida do aluno.

É possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana? Evitemos escorregar para uma posição idealista e voluntarista. Retenhamos da concepção crítico-reprodutivista a importante lição que nos trouxe: a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Considerando-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, portanto, apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação), segue-se que uma teoria crítica (que não seja reprodutivista) só poderá ser formulada do ponto de vista dos interesses dos dominados. O nosso problema pode, então, ser enunciado da seguinte maneira: é possível articular a escola com os interesses dos dominados? Da perspectiva do tema deste artigo a questão recebe a seguinte formulação: é possível uma teoria da educação que capte criticamente a escola como um instrumento capaz de contribuir para a superação do problema da marginalidade? (Limite-me aqui a afirmar a possibilidade dessa teoria, já que escapa aos objetivos desse artigo o desenvolvimento da mesma.) Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 2008, p. 25-26).

Sobre as políticas de permanência estudantil, foco desta dissertação, o produto deste trabalho, qual seja, os guias de permanência estudantil das universidades, busca divulgar essas políticas na escola pública, especificamente ao estudante do ensino médio, acreditando que a escola tem poder transformador e fundamental na vida do aluno. O conteúdo da educação pode ser um instrumento de transformação social.

Sendo a escola uma instituição participativa do meio social do aluno, concebe-se que é parte de sua função como instituição educadora a conscientização e difusão de informações aos educandos sobre o acesso ao ensino superior e sobre sua possibilidade de frequentá-lo através das políticas de permanência estudantil na universidade pública.

O estilo de modernização social é capaz de controlar as pressões em favor da mudança estrutural, mantendo as relações de classe e de poder; [...] e transforma a mobilidade social em expectativas de mobilidade individual ascendente através da educação [...]. (RAMA, 1977, p. 67, tradução nossa<sup>2</sup>).

Sales e Vasconcelos (2016) realizaram um estudo buscando conhecer os projetos de futuro dos jovens de uma escola de ensino médio integrada periférica do Ceará, por meio de narrativas dos próprios alunos. A escola pesquisada possui um diferencial: oferece uma disciplina com o nome de “Projeto de Vida”, que visa a orientar e acompanhar os alunos no traçado do seu futuro.

A proposta pedagógica da escola, mais atenta ao diálogo com o aluno, possibilitou a muitos jovens momentos de reflexão sobre suas histórias de vida, seus projetos de futuro. A grande maioria dos/as alunos/as chega à escola sem conhecimentos mínimos necessários para prosseguirem seus estudos ou profissão. Em realidade eles e elas desconhecem os processos de inserção no mundo acadêmico, e, fato mais pujante, eles não acreditam que são capazes de ser mais. (SALES; VASCONCELOS, 2016, p. 19).

Uma das entrevistadas conta que sofria com o alcoolismo do pai e que sempre ficava com dependências de algumas matérias a serem cursadas com um ano de atraso, assim como vários outros problemas pedagógicos e de relacionamento na escola. Ao fim do ensino médio, cursou Turismo, hoje é secretária de uma pousada, mora sozinha e ainda ajuda a família.

Isso só foi possível porque a jovem percebeu na escola uma possibilidade palpável de mudança, ali ela encontrou objetivos concretos de vida: estudar para ter uma profissão; sair definitivamente da dependência do pai através do trabalho; morar sozinha, sonho alimentado desde pequena; ajudar sua mãe. (SALES; VASCONCELOS, 2016, p. 14).

---

<sup>2</sup> Trecho original: *El estilo de modernización social es capaz de controlar las presiones em favor del cambio estructural manteniendo las relaciones de clases y de poder; [...] y transforma la movilización social em expectativas de movilidad individual ascendente a través de la educación [...].*

Ainda no relato, há a história de um outro aluno que era viciado em drogas e que, ao se dedicar muito aos estudos no ensino médio mais no curso técnico, foi abandonando a vivência com as companhias da rua (da pichação e das “bocas de roubo”) e envolvendo-se mais com a comunidade escolar. Segundo Sales e Vasconcelos (2016), a escola possui uma repercussão afirmativa na vida dos seus alunos. Do mesmo modo, Klein e Arantes afirmam que

Muitos jovens vivem sem saber ao certo o que querem na vida, isso demonstra que o processo de identificação e adoção de um projeto de vida não é decorrência natural da vida, mas fruto de relações e convivências que podem levar a tal descoberta. (KLEIN; ARANTES, 2016, p. 16).

O professor precisa fazer o seu papel para cuidar da relação da juventude com a educação escolar e desta com as perspectivas juvenis.

Mesmo em uma sociedade capitalista e globalizada, o grau de escolaridade ainda contribui para as condições de empregabilidade. O professor, ente mais próximo ao aluno na instituição escolar, deve mostrar aos jovens do ensino médio a relevância dos estudos para as suas vidas e orientá-los sobre as possibilidades. Gracioli ressalta que “o ensino médio continua sendo relegado e destinado aos filhos dos trabalhadores que buscam na escola instrumentos necessários para uma vida melhor” (2006, p. 24).

Segundo pesquisa de Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016) com alunos de uma escola pública no estado da Bahia, os jovens consideram congruentes a conquista do mercado de trabalho e a melhoria da vida e reconhecem que o ensino médio é o mínimo para ingressar na rotina laboral. Não se consideram preparados para o vestibular mas, ao menos, estão frequentando a escola e cursando o ensino médio, o que seria pior se estivessem fora dela. O primeiro objetivo que a maioria dos jovens almeja é conseguir um emprego; o segundo, fazer um curso profissionalizante; e, o terceiro, ingressar no ensino superior.

Em seu trabalho “Elogio da serenidade e outros escritos morais”, Norberto Bobbio (2002) fala da questão do preconceito, que ele entende como uma opinião sobre algo, resistente à qualquer crítica. Essa opinião é formada pela tradição ou por ordem de uma autoridade, e é resistente a qualquer refutação racional, justamente por servir aos interesses de quem a defende. Os preconceitos podem ser coletivos, como quando se baseiam na aversão de um grupo a outro, o que causa

incompreensão e rivalidades, pois um vê o outro como perigoso, criando estereótipos. Como exemplo temos os conflitos entre classes sociais, nos quais o pobre vê o rico como negativo e vice-versa.

É do preconceito que vem a discriminação, que é quando um indivíduo trata o outro de modo desigual, sendo que ambos são cidadãos dignos dos mesmos direitos legalmente. Na discriminação, além de julgar o outro como diferente, o julgador o tem como inferior. Como exemplo, temos a discriminação racial, pela qual vê-se brancos que têm os negros como inferiores e, também, a discriminação social, pela qual o rico se sente superior ao pobre.

Da relação superior-inferior podem derivar tanto a concepção de que o superior tem o dever de ajudar o inferior a alcançar um nível mais alto de bem-estar social e civilização, quanto a concepção de que o superior tem o direito de suprimir o inferior. Somente quando a diversidade leva a este segundo modo de conceber a relação superior e inferior é que se pode falar corretamente de uma verdadeira discriminação, com todas as aberrações dela decorrentes. (BOBBIO, 2002, p.103).

Após esta abordagem sobre o preconceito e a discriminação, este trabalho ressalta a necessidade de a atuação do docente ser livre de ambos e de o professor reconhecer o seu papel na possibilidade de fazer o discente refletir sobre sua identidade social e questionar seus papéis. Rocha (1996) ainda permite uma reflexão a mais, mostrando em seus estudos todo um caminho percorrido para a passagem do etnocentrismo à relativização. Aprender a ver o “outro” não de um ponto de vista do “grupo do ‘eu’”, mas considerar as representações que fazemos daqueles que são diferentes de nós, a diferença destes, como conquista.

A ida ao “outro” se faz alternativa para o “eu”. O plano onde as diferenças se encontram, onde o “eu” e o “outro” se podem olhar como iguais, onde a comparação se traduz num reconhecimento de possibilidades existenciais, é o plano mais amplo e profundo de um humanismo do qual o etnocentrismo se ausenta. (ROCHA, 1996, p. 93).

O humanismo considera o outro como um igual e exclui a hipótese de inferiorização desse graças a alguma diferença sua. Relativizar consiste em ver as especificidades do “outro” como resultado de possibilidades existenciais, ver que ele é assim, pois lhe é a maneira possível. O estudo de Rocha (1996), alocado na postura

do professor da escola pública frente aos seus alunos, possibilita repensar e valorizar a diversidade, que o educador olhe para seus educandos criticamente, saindo do senso comum, assim, o docente tende a libertar-se do preconceito e da discriminação.

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso, a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular. (SAVIANI, 2008, p. 52).

O papel do professor do ensino médio nas instituições educacionais públicas está pareado ao seu poder como educador no processo de emancipação social do aluno, figurando como um impulsionador e um incentivador ao prosseguimento dos seus estudos no ensino superior.

Entendemos que a educação escolar sempre está a serviço de um determinado tipo de cidadania, e que é a pedra de toque do controle social e econômico. Pode significar conformismo e obediência, mas dependendo de como o processo educacional se desenrola na triangulação professor-aluno-conhecimento, pode também levar ao desenvolvimento intelectual e aumentar a compreensão do educando em relação ao meio natural ou socialmente criado onde vive, e, assim, atuar de um modo coercitivo, contribuindo para a formação do indivíduo crítico/reflexivo. (PALMA FILHO, 1998, p. 102).

Sendo o professor um ente participativo do meio social do aluno, concebe-se que é parte de sua função como educador a conscientização dos educandos e a difusão de informações sobre as possibilidades de acesso à universidade pública e sobre a garantia dos direitos dos educandos através de políticas de permanência estudantil no ensino superior.

A alienação, por exemplo, do operário da indústria de automobilística não compromete a qualidade do automóvel que ele contribui para construir, mas a alienação do trabalhador professor interfere decisivamente na qualidade do produto de seu trabalho. (MARTINS, 2007, p. 5).

O docente deve buscar impulsionar o desejo dos seus alunos em prosseguir os estudos no ensino superior, informando-lhes que as políticas de permanência

estudantil virão ao encontro de suas necessidades financeiras quando estiverem cursando a graduação.

É importante pensar as escolas como mecanismos de distribuição cultural, uma vez que, conforme observou o marxista italiano Antônio Gramsci, um elemento decisivo para o aumento da dominação ideológica de algumas classes é o controle do conhecimento que preserva e produz as instituições de uma determinada sociedade. Assim, nos termos de Mannheim, pode ser necessário particularizar a “realidade” que é selecionada, preservada e distribuída pelas escolas e outras instituições culturais, a fim de que essa realidade possa ser vista como uma “construção social” específica que pode não estar a serviço dos interesses de todos os indivíduos e grupos da sociedade. (APPLE, 1982, p. 44).

Sendo assim, conceituando a escola como uma possível promotora da emancipação do seu aluno, tendo como mediador desta prática o professor, neste caso especificamente o professor do ensino médio, que trabalhará com a amostragem dos guias de permanência estudantil na universidade pública, esta pesquisa traz prontos os instrumentos para a prática pedagógica citada.

### 3 ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

Neste capítulo, a dedicação será para a análise da temática das políticas públicas de permanência estudantil no contexto de cada uma das instituições pesquisadas, UEMG, UNESP e IFSULDEMINAS, as quais, como já abordado anteriormente, possuem panoramas distintos quando o assunto é a democratização do ensino superior.

#### 3.1 Análise das políticas públicas de permanência estudantil do IFSULDEMINAS

O Programa de Auxílio Estudantil do IFSULDEMINAS atende os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica para a concessão de auxílios referentes à alimentação, creche, transporte, material didático e moradia.

O aluno realiza o cadastro no Sistema de Auxílio Estudantil localizado no site do IFSULDEMINAS. Na inscrição, ele escolhe os auxílios que pleiteará, informa a sua renda, preenche um questionário socioeconômico e um quadro com informações sobre os seus familiares. Posteriormente, o estudante entrega a documentação na Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE) e/ou no Setor de Assistência ao Educando (SAE) do seu *campus*, na sala do serviço social. Ao final do processo, o candidato passa por uma entrevista e, se necessário, recebe uma visita domiciliar da assistente social do IFSULDEMINAS.

A Resolução n. 101/2013, de 16 de dezembro de 2013, dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, que tem como um de seus princípios a “igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão nos cursos do IFSULDEMINAS”. Uma das diretrizes da resolução é a divulgação da Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS: serviços oferecidos, planos, programas e projetos, bem como suas normas e regulamentos.

Em entrevista com a assistente social do *campus* Passos, ela relatou que o Serviço Social está em constante funcionamento, havendo três editais durante o ano para a concessão dos benefícios das políticas de permanência estudantil: um no início, outro no meio, e, o último, no final do ano. Este último é um edital de revisão.

A divulgação no início do ano é feita por meio de palestra proferida pela assistente a todos os alunos do instituto e seus familiares. Lembrando que o

IFSULDEMINAS de Passos possui alunos cursando o ensino médio, a graduação e a pós-graduação. Na palestra, estão presentes com ela os profissionais do setor de saúde (como enfermeiras responsáveis pela vacinação, dentista e psicólogo) para falar dos atendimentos gratuitos aos alunos. São convidados, também, alunos bolsistas e ex-bolsistas para darem seus depoimentos sobre o quanto foi importante receber o auxílio financeiro durante o curso de graduação.

A divulgação dos editais anuais posteriores é feita por meio de reuniões da assistente social com os líderes de sala, os quais se tornam responsáveis por transmitir as informações aos companheiros de classe.

A Resolução n. 101/2013 sobre as Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS tem como um dos seus objetivos a contribuição à melhoria do desempenho acadêmico, por meio do oferecimento de alternativas para a diminuição da reprovação e evasão escolar. Sendo assim, o IFSULDEMINAS oferece, nos seus Programas de Política de Assistência Estudantil:

1. Programa de assistência à saúde
2. Programa de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais
3. Programa de acompanhamento do serviço social
4. Programa auxílio estudantil
  - 4.1 Auxílio moradia – R\$ 300,00
  - 4.2 Auxílio alimentação
    - 4.2.1 Auxílio alimentação 1 – R\$ 130,00 – para alunos que residem na cidade do *campus* com as suas famílias e que não possuem a alimentação gratuita no restaurante do *campus*, a qual é de direito dos estudantes do ensino médio;
    - 4.2.2 Auxílio alimentação 2 – R\$ 200,00 – para alunos que vêm de outra cidade e pagam aluguel.
  - 4.3 Auxílio transporte – o valor depende do gasto comprovado pelo aluno, podendo ser:
    - 4.3.1 Auxílio transporte 1 – R\$ 100,00
    - 4.3.2 Auxílio transporte 2 – R\$ 190,00
    - 4.3.3 Auxílio Transporte 3 – R\$ 260,00
  - 4.4 Auxílio material didático – R\$ 50,00

- 4.5 Auxílio creche – R\$ 170,00
5. Auxílio participação em eventos – EVACT
6. Auxílio para visitas técnicas
7. Programa mobilidade estudantil – nacional e internacional
8. Programa de acompanhamento psicológico
9. Programa de acompanhamento pedagógico
10. Programa de incentivo ao esporte, lazer e cultura
11. Programa de inclusão digital

O auxílio-transporte consiste em repasse financeiro mensal para auxiliar o discente com as despesas de transporte diário, e é oferecido para alunos que não contam com transporte gratuito oferecido pelo poder público. O valor é calculado considerando a distância do percurso. O auxílio-alimentação se caracteriza pelo repasse financeiro mensal para auxiliar o estudante com as despesas de alimentação, desde que o aluno não tenha direito de realizar suas refeições gratuitamente no *campus*, no restaurante universitário. Os critérios especificados para alimentação e transporte não são uma regra fechada e a assistente social tem total autonomia para concessão de quaisquer desses auxílios aos alunos após a verificação da situação do educando.

O auxílio moradia, por sua vez, consiste no repasse de dinheiro para auxiliar com as despesas de vivenda os estudantes que não possuam parentes diretos ou legais na cidade do *campus* no qual estudam. O período de concessão dos auxílios é de 12 meses. O auxílio-creche consiste no auxílio financeiros aos estudantes pais com crianças que não conseguiram vaga na escola pública.

A Assistência Estudantil no IFSULDEMINAS está relacionada ao trabalho interdisciplinar do Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física, Nutrição, dentre outros cursos.

A Resolução n. 090/2017, de 20 de dezembro de 2017, rege a alteração do Regulamento do Auxílio Estudantil – IFSULDEMINAS e traz como princípios que a ordem de democratização dos auxílios para o acesso e permanência estudantil deve ocorrer sem discriminação de qualquer natureza; que deve ser dada prioridade no atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e universalidade na garantia da permanência dos estudantes, com enfoque no desempenho acadêmico; que deve haver também prevenção de evasão pela falta de

condição socioeconômica. A Resolução fala do “Auxílio Estudantil Emergencial” para estudantes que comprovem vulnerabilidade socioeconômica e se encontrem em situações emergenciais que possam impactar sua permanência e êxito. A concessão dos auxílios segue o período letivo, exceto o auxílio moradia.

O IFSULDEMINAS, por ser uma instituição federal, também conta com o Programa de Bolsa Permanência (PBP – Instrução Normativa PROEN Nº 01/2016), uma política pública que consiste na concessão de um auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (R\$ 400,00) e aos estudantes indígenas ou quilombolas (R\$ 900,00). O aluno recebe o cartão do beneficiário e, no Banco do Brasil, pelo FNDE, o seu benefício, diretamente. Os objetivos são viabilizar a permanência do público atendido, reduzir custos de vagas ociosas e promover a democratização do ensino superior.

### 3.2 Análise das políticas públicas de permanência estudantil da UEMG

A UEMG ainda não possui políticas de permanência estudantil instituídas e, neste ano de 2018, conta com um total de 74% do seu corpo discente formado por alunos oriundos da escola pública, o que se configura como uma contradição de ideais, segundo o diretor acadêmico, visto que, de acordo com professores da unidade de Passos, ao perguntarem informalmente na sala de aula sobre a escola de origem dos alunos, a maioria relata que é egressa dos institutos federais, CEFETs, colégios militares e colégios de aplicação.

A instituição possui o Programa de Seleção Econômica, o PROCAN/UEMG, que é a política de reserva de vagas da universidade, em atendimento aos candidatos com renda mensal de até um salário e meio por pessoa ou que se declarem negros, de baixa renda e egressos da escola pública (24% das vagas de cada curso de graduação); indígenas, de baixa renda e egressos da escola pública (5% das vagas de cada curso de graduação); de baixa renda e egressos da escola pública (16% das vagas em cada curso de graduação); ou pessoas com deficiência (5% das vagas de cada curso de graduação), conforme está previsto na Lei Estadual nº 22.570/2017.

O vestibular estabelece o acesso a 50% das vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU, Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012). Destas, 90% são reservadas ao PROCAN, que tem taxa de ocupação em torno de 85%. Segundo a Lei Estadual nº 15.150/2004, os candidatos também podem requisitar a isenção da taxa do

vestibular, sendo 10% das vagas de cada curso de graduação contempladas com essa política.

É necessário o envio de documentação comprobatória para requisitar a isenção e a possibilidade de entrada na universidade pela situação de reserva de vagas. A aferição e análise técnica da documentação pode contar com entrevistas e visitas domiciliares para a conclusão. Para a comprovação do grau de carência do candidato, são primeiramente observados pelo ICC (Índice de Classificação de Carência) se o candidato e seus familiares são beneficiários de Programas Sociais, a renda mensal por pessoa em casa, as condições de moradia, a situação de trabalho do provedor da família e a situação patrimonial do grupo familiar.

Mesmo não tendo políticas de permanência estudantil institucionalizadas, a UEMG de Passos oferece alguns serviços que colaboram com a estada do aluno na cidade de Passos. Há o NAE, que é o Núcleo de Apoio ao Estudante, e que oferece estágios remunerados. Segundo informações da universidade, os estudantes que mais procuram vagas de estágio são os socioeconomicamente vulneráveis e, sendo assim, o estágio se torna o único meio dos discentes conseguirem dinheiro por vias formais dentro da instituição.

As bolsas de auxílio oferecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UEMG também são muito procuradas para fins de permanência estudantil na universidade, e não apenas com o objetivo de desenvolvimento de uma pesquisa científica. Os auxílios das bolsas oferecidas pela universidade são financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo Governo do Estado de Minas Gerais – PROUEMG e pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de MG – FADECiT.

A UEMG de Passos possui o AMBES (Ambulatório Escola) e o PSF Escola, que oferece exames e atendimento gratuito aos alunos e à comunidade passense e que é Centro de Referência nos estudos das DST's e de Hanseníase em Passos e região. O restaurante universitário oferece toda a refeição aos estudantes, inclusive bebida e sobremesa, por R\$ 8,00. O diretor acadêmico citou também o Centro de Atendimento de Orientação Nutricional e o Centro de Atendimento de Apoio Psicopedagógico como “auxílios à permanência estudantil” na UEMG de Passos.

A rede social Facebook é o canal de comunicação que oferece as informações sobre as possibilidades, oportunidades e formas de auxílio que a universidade oferece

ao seu graduando, bem como informações sobre a recepção dos calouros. Ao relatar que o grupo do Facebook da UEMG é mantido pelos próprios alunos, o diretor acadêmico salientou que essa “solidariedade” entre os alunos precisa ser muito destacada quando se fala da temática da permanência estudantil na universidade, porque, segundo ele, muitos alunos conseguem se manter na cidade de Passos graças às informações que são postadas nesse grupo, e que vão desde as informações institucionais até as informais, como o supermercado ou restaurante que está oferecendo determinado alimento ou refeição por um melhor preço naquele dia, o compartilhamento de uma notícia de emprego ou “bico”, como de garçom e garçonete nos serviços de buffet da cidade.

No dia 21 de março de 2017, no Palácio da Liberdade, o governador do estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel, assinou um projeto de lei instituindo um programa de assistência estudantil na UEMG e na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). No ato, o governador disse que o foco era garantir a permanência aos estudantes mais desassistidos e a efetivação da política de cotas, que possibilita o ingresso, mas não dá subsídio para que o aluno continue estudando, ocasionando a evasão, por falta de dinheiro.

**FOTO 8** – Assinatura do Projeto de lei que institui programa de assistência estudantil para a UEMG



**Fonte:** Facebook UEMG (2017)

O sistema de reserva de vagas na UEMG é amparado pela Lei n. 15.259, de julho de 2004, e ocorre desde a implantação legal. O texto da lei não fala da necessidade de programas de assistência estudantil. O chefe de gabinete da UEMG,

Eduardo Andrade Santa Cecília, que prestigiou o evento da assinatura do projeto de lei para assistência estudantil em nome do reitor Dijon Moraes Júnior, em entrevista dada na data do evento disse que espera conseguir viabilizar que o estudante economicamente carente consiga morar, alimentar-se e vestir-se, enquanto na universidade, e não cogite voltar para sua cidade de origem e abandonar o curso. Na data, março de 2017, 72% dos alunos da UEMG eram egressos da escola pública; 52% residiam no local do curso; 30% estavam no entorno de 100 quilômetros da universidade e 3% eram de outros estados.

O reitor da UEMG, Dijon Moraes Júnior, disse acreditar que o projeto de lei proporciona a permanência dos cotistas na universidade. O vice-reitor considera que as mobilizações estudantis de 2016 promoveram o debate das políticas de permanência no ensino superior. Lembrou, também, do aumento de mais de 300% no número de alunos devido à estadualização ocorrida em 2014, que passou de 6.000 para 20.000, incorporando, assim, novos futuros alunos que necessitam das políticas de assistência estudantil.

O DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UEMG realizou, nos dias 8 a 10 de dezembro de 2017, em Divinópolis, o primeiro Conselho de Diretórios Acadêmicos da Universidade do Estado de Minas Gerais (CONDAS), cujo tema foi “Defesa da Universidade Pública: Assistência para permanecer!”.

**FOTO 9** – I Condas (Conselho dos Diretórios Acadêmicos da UEMG)



**Fonte:** Facebook da UEMG (2018)

**FIGURA 10** – Logo CONDAS



**Fonte:** Facebook da UEMG (2018)

### 3.3 Análise das políticas públicas de permanência estudantil da UNESP

Na UNESP, há diversas modalidades de auxílios: bolsas de estudos, Programa de Apoio ao Estudante, Auxílio-Estágio e Incentivo Técnico Acadêmico e de Extensão, além de restaurantes universitários e moradias. Há, também, a possibilidade de estágio no exterior, com bolsa pela instituição estrangeira.

A Iniciação Científica, cujo objetivo é o desenvolvimento de projetos de pesquisa sob orientação de um professor; o Programa de Educação Tutorial (PET), que trabalha com atividades extra-curriculares; e os mais de 500 projetos de extensão universitária são oportunidades de bolsas (auxílio financeiro) que, muitas vezes, contribui para a permanência do aluno socioeconomicamente vulnerável, mesmo seu foco sendo a pesquisa e a extensão.

Segundo a assistente social da UNESP de Franca, os primeiros programas assistencialistas foram a moradia e o auxílio alimentação. Ela ressaltou que o logro por conseguir cada um dos auxílios foi das mobilizações estudantis, as quais aumentaram com a implantação da política de cotas para ingresso na universidade pública. Segundo ela, a inclusão levou à permanência. Mas, antes das cotas já havia estudantes egressos de escola pública e socioeconomicamente vulneráveis que se organizavam exigindo ações para a permanência estudantil.

Em 2013, a mobilização dos estudantes aconteceu com ocupação, invasão da reitoria e negociação com a Pró-Reitoria de Extensão. Em maio desse ano, junto às reivindicações dos estudantes, houve um protesto dos trabalhadores por um dissídio coletivo. Os estudantes reclamavam por aumento do número e do valor das bolsas e pela criação e ampliação de moradias. Com o acordo, conseguiram a criação de uma Coordenadoria para as Questões de Permanência – COPE – Coordenadoria de Permanência Estudantil.

Na UNESP ocorre apenas um edital por ano para pleitear o recebimento do benefício das políticas de permanência estudantil e a publicidade é feita no site da universidade, por meio do manual do candidato, e, massivamente, pelos estudantes que já são atendidos, que as propagam aos calouros e veteranos nos *campi*. Inclusive, a existência de moradia na cidade do *campus* é divulgada ao calouro pelos veteranos que já moram na moradia.

FIGURA 11 – Auxílios de permanência estudantil da UNESP

## Auxílios de Permanência Estudantil



**Auxílio Socioeconômico**

Auxílio financeiro com a finalidade de apoiar o estudante de graduação a se manter no local de realização do curso em que está matriculado. O valor mensal é de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), com vigência de 12 meses para alunos veteranos e até 11 meses para alunos ingressantes.



**Auxílio Aluguel**

Auxílio financeiro concedido ao estudante de graduação, nas Unidades Universitárias onde não houver Moradia Estudantil ou quando as vagas oferecidas não forem suficientes para atender a demanda existente. O valor mensal é de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com vigência de até 12 meses.



**Subsídio Alimentação**

Auxílio financeiro concedido ao estudante contemplado com Auxílio Socioeconômico, ou Moradia Estudantil, ou Auxílio Aluguel, ou Auxílio Especial. O valor mensal é de R\$75,00 (setenta e cinco reais) com vigência de até 12 meses.



**Auxílio Estágio**

Auxílio financeiro concedido ao estudante que desenvolve Estágio Curricular Obrigatório não remunerado, quando esse estágio não puder ser realizado no município sede da Unidade Universitária. O valor mensal é de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), com vigência de até 12 meses.



**Auxílio Especial**

Auxílio financeiro concedido ao estudante com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme Dec. 5296/04, Art. 5º, § 1º, I e II, e/ou doenças graves e que apresente vulnerabilidade socioeconômica.



**Auxílio Provisório**

Auxílio financeiro concedido ao estudante ingressante, em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, no período compreendido entre a matrícula e o resultado final do Processo Seletivo, desde que justificado pelo Núcleo ou Comissão Local de Permanência Estudantil.



**Auxílio Transporte**

Auxílio financeiro concedido ao estudante contemplado com Moradia Estudantil de difícil acesso e/ou distante da Unidade Universitária, ou em casos especiais de estudante contemplado com Auxílio Aluguel, desde que justificados pelo Núcleo ou Comissão Local de Permanência Estudantil.



**Moradia Estudantil**

Moradia destinada à permanência do estudante. Há 1240 vagas da UNESP. Possui Regimento e Regulamento próprios em 13 Unidades Universitárias (Araraquara, Araçatuba, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Instituto de Artes, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Rio Claro).



**Restaurante Universitário**

São oferecidas aproximadamente 5000 refeições por dia em 10 Unidades Universitárias que possuem RU (Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente).

Fonte: Site da UNESP (2017)

É feito um trabalho por alunos e professores que visitam as escolas públicas de Franca e região falando sobre a UNESP, as formas de ingresso, a gratuidade e, também, sobre as políticas de permanência estudantil. Segundo professores participantes deste projeto e a assistente social, é comum que os alunos desconheçam o que é UNESP e a sua gratuidade.

A assistente social considera que o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos) facilitaram a acomodação à universidade privada. O FIES concede um financiamento de 50 ou 100% do curso de graduação das faculdades privadas para o estudante, que iniciará o pagamento deste após formado. O PROUNI concede bolsas de 50 e 100% de desconto em cursos de graduação de instituições particulares de ensino e tem como critério a renda da família do estudante.

### 3.3.4 Análise quantitativa das políticas de permanência estudantil da UNESP de Franca

A amostragem desta pesquisa é do ano de 2016, que foi o ano de ingresso da autora da pesquisa em curso de mestrado da instituição investigada.

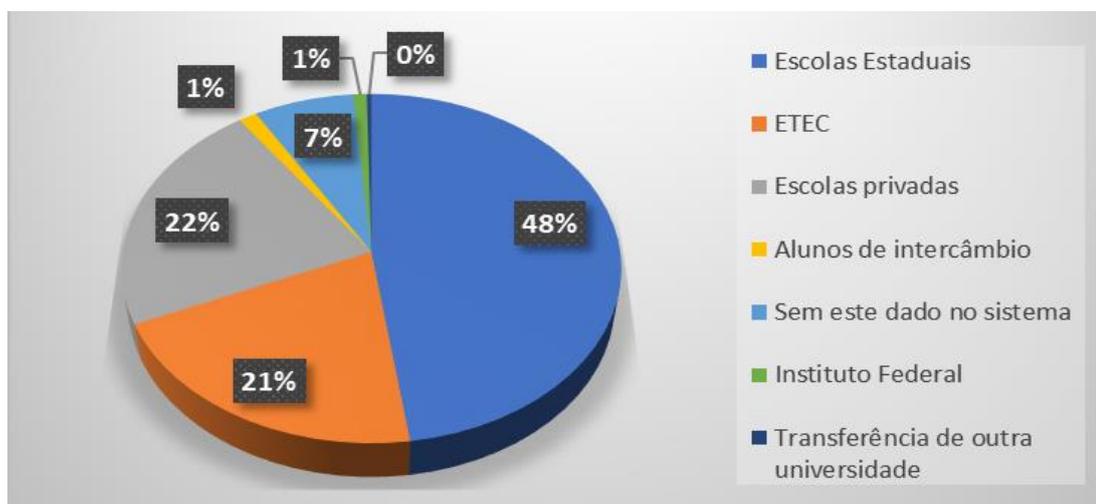
Em 2016, 310 estudantes usufruíram dos auxílios de permanência estudantil na UNESP de Franca. Na tabela e no gráfico abaixo, mostra-se de quais escolas estes discentes eram oriundos:

**Tabela 1** – Escolas de origem dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016

<b>Escolas</b>	<b>Quantidade de alunos</b>	<b>Porcentagem</b>
Escolas Estaduais	148	47,74%
ETEC	64	20,65%
Escolas privadas	68	21,94%
Alunos de intercâmbio	4	1,29%
Sem este dado no sistema	22	7,10%
Instituto Federal	3	0,97%
Transferência de outra universidade	1	0,32%
<b>Total</b>	<b>310</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** elaborada com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

**Gráfico 1** - Escolas de origem dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016



**Fonte:** elaborado com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

Constata-se que a maioria (48%) dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca no ano de 2016 eram egressos de escolas públicas sem algum diferencial (federal, militar ou de aplicação). Em seguida, seguem-se as taxas de 22% e 21%, sendo estas compostas por bolsistas das escolas privadas e egressos da ETEC, respectivamente.

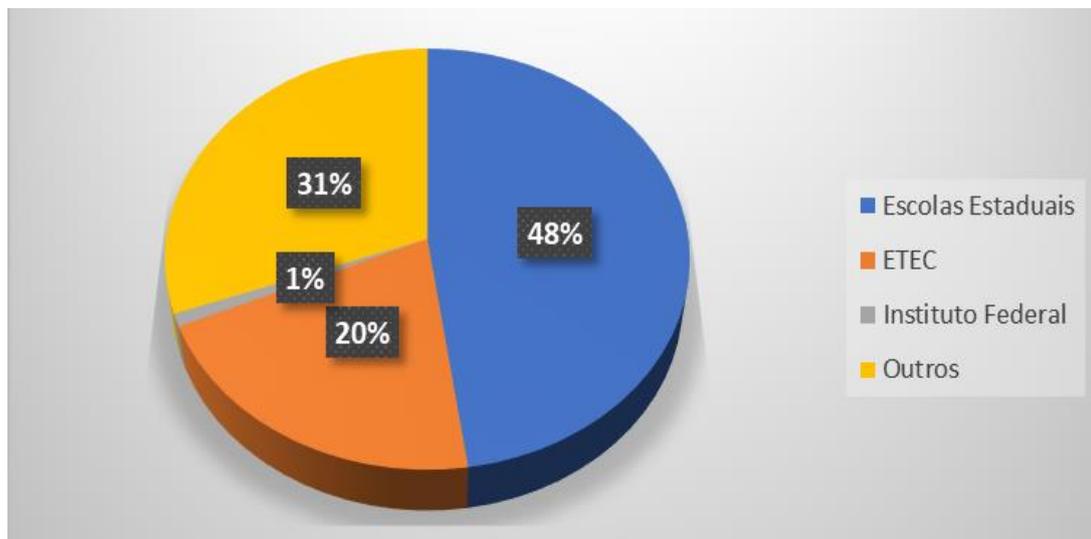
Pode-se concluir que a amostragem comprova a importância da divulgação do conjunto de guias das políticas de permanência estudantil na escola pública (produto desta dissertação de mestrado) pelos professores do ensino médio da escola pública, haja vista que o trabalho vem ao encontro de uma taxa de 69,36% de alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP em 2016. Esta taxa de quase 70% provém da porcentagem dos alunos oriundos do instituto federal, das escolas estaduais e das ETEC's, escolas públicas da amostra, conforme mostram a tabela e o gráfico abaixo:

**Tabela 2** – Escolas públicas dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016

Escolas	Quantidade de alunos	Porcentagem
Escolas Estaduais	148	47,74%
ETEC	64	20,65%
Instituto Federal	3	0,97%
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>69,36%</b>

**Fonte:** elaborada com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

**Gráfico 2** – Escolas públicas dos alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil na UNESP de Franca em 2016



**Fonte:** elaborado com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

### 3.3.2 Análise específica do curso de Direito da UNESP de Franca

No ano de 2016, 120 alunos ingressaram no curso de Direito da UNESP de Franca. Desse total, foi computado nas tabelas abaixo quantos entraram pelas cotas e quantos usufruíram dos auxílios das políticas de permanência estudantil.

Escolheu-se o curso de Direito tendo em vista ser ele um dos cursos mais concorridos da UNESP, contando com a taxa de 55,1 candidatos por vaga para ingressar no curso no turno matutino e 41,6 para ingressar no noturno, perdendo apenas para o curso de Medicina (integral) com 266,2 candidatos por vaga, conforme mostra a Tabela de Candidatos por Vaga no vestibular da UNESP para o ano de 2016 (Anexo A). O curso de Direito no turno matutino é o mais concorrido da UNESP na área das Humanidades. No noturno, perde apenas para Psicologia (integral, no *campus* de Bauru) e para Arquitetura e Urbanismo (no *campus* de Bauru), tendo estes, respectivamente, 44,4 e 44,2 candidatos por vaga.

Tendo, então, esta significativa grande procura, os alunos mais bem preparados em termos acadêmicos e cognitivos entrarão, na maioria das vezes, os mais preparados são aqueles que cursaram as melhores escolas e cursinhos pré-vestibular, os quais, por sua vez, cobram mensalidades caríssimas. Portanto, subentende-se que os alunos mais ricos ingressaram. O curso de Direito, o segundo mais almejado da UNESP, possui uma pequena desistência por parte dos alunos, porque, para estudar tanto para conseguir alcançar a nota de corte exigida neste, os

alunos, na maioria das vezes, estão certos de é isto mesmo o que querem. Há também a questão do meio social em que este aluno vive: pelo fato de ingressarem os alunos mais ricos, conforme descrito acima, os pais instruídos dão total apoio, tanto motivacional quanto financeiro ao aluno para prosseguir com o curso e se formar. Portanto, a evasão do curso de Direito é baixíssima.

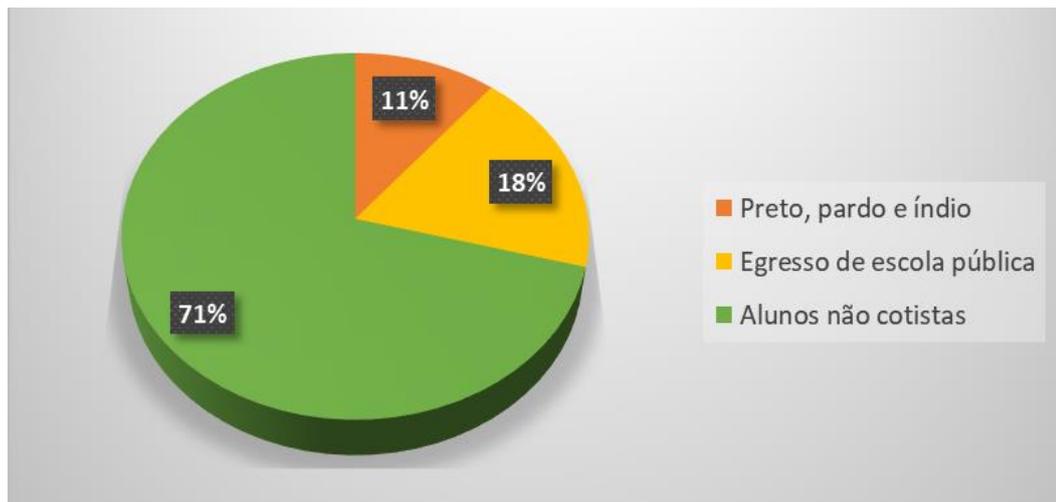
Dos 210 alunos que ingressaram no curso de Direito em 2016, apenas 35 entraram pelas cotas, ou seja, 29% dos ingressantes. Os critérios das cotas foram dois: “Preto, pardo e índio – PPI com renda de até 1,5 salário mínimo por pessoa” e “Egresso da escola pública com renda de até 1,5 salário mínimo por pessoa”, conforme mostra-se na tabela e no gráfico abaixo:

**Tabela 3** – Quantidade de alunos que ingressaram no curso de Direito pelas cotas em 2016

Cota	Quantidade	Porcentagem
Preto, pardo e índio	13	10,83%
Egresso de escola pública	22	18,33%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>29,17%</b>

**Fonte:** elaborada com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

**Gráfico 3** – Quantidade de alunos que ingressaram no curso de Direito pelas cotas em 2016



**Fonte:** elaborado com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

De acordo com o Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior (PPISES), as universidades estaduais paulistas deveriam promover a inclusão de 35% de alunos cotistas no seu total de ingressantes para 2016, sendo 35% desta referida taxa destinada aos grupos étnicos preto, pardo e índio (PPI).

Pela amostragem sobre o curso de Direito da UNESP de Franca, pode ser observado que apenas 29% de seus ingressantes eram cotistas. Portanto, no segundo curso mais cobiçado pelos jovens no vestibular da UNESP, não houve a democratização almejada pela PPISES, pode-se dizer, uma democratização por curso, segmentada. Sendo assim, para a obediência do critério de preenchimento de 35% das vagas destinadas a cotistas no vestibular de 2016, trabalha-se com a hipótese de que, na UNESP, esta aconteceu em cursos menos concorridos.

Dos 35% das vagas reservadas, 35% destas deveria ser destinado à categoria de alunos “Pretos, pardos e índios – PPI”. No concorrido curso investigado, dos 29% das vagas ocupadas por alunos cotistas, 11% foram destinadas à referida categoria, ultrapassando os 35% propostos na norma geral do PPISES.

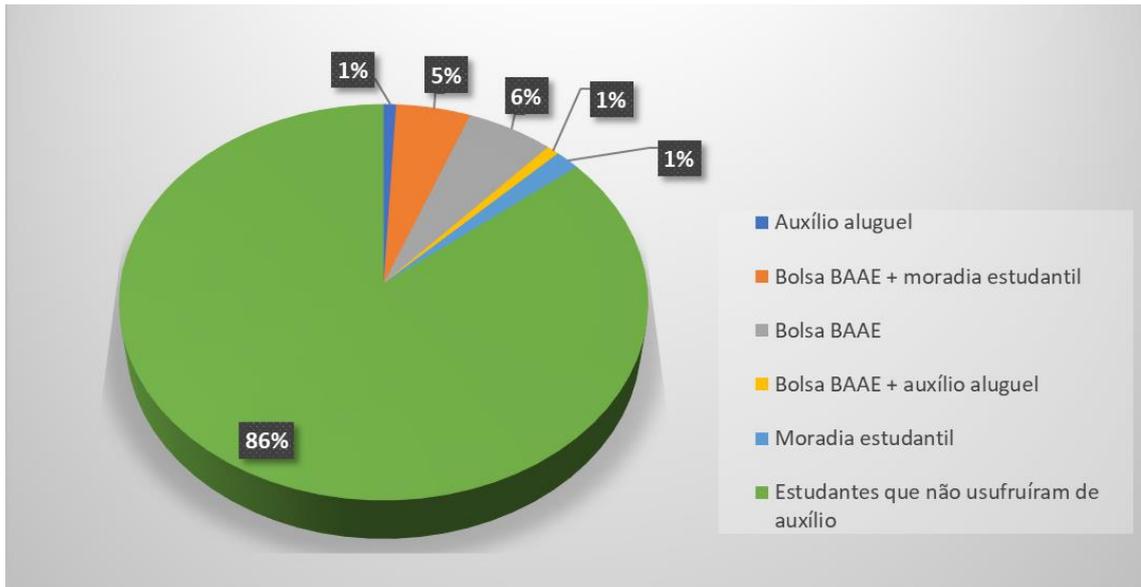
Entendendo a democratização do ensino superior por meio da análise do acesso, e, também, da permanência, encontram-se abaixo a tabela e o gráfico com os dados sobre os alunos do curso de Direito ingressantes do ano de 2016, na UNESP de Franca, que usufruíram das políticas de permanência estudantil.

**Tabela 4** - Quantidade de alunos ingressantes no curso de Direito que usufruíram das políticas de permanência estudantil em 2016

<b>Auxílio</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Auxílio aluguel	1	0,83%
Bolsa BAAE + moradia estudantil	6	5%
Bolsa BAAE	7	5,83%
Bolsa BAAE + auxílio aluguel	1	0,83%
Moradia estudantil	2	1,67%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>14,17%</b>

**Fonte:** elaborada com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

**Gráfico 4** - Quantidade de alunos ingressantes no curso de Direito que usufruíram das políticas de permanência estudantil no ano de 2016



**Fonte:** elaborado com dados do Serviço Social da UNESP de Franca.

Constata-se que 35 alunos entraram no curso de Direito pelas cotas e apenas 17 usufruíram das políticas de permanência estudantil. Sendo assim, pode-se concluir que menos da metade dos alunos cotistas tiveram direito de receber algum auxílio para a sua permanência na universidade.

Um dos objetivos dos guias das políticas públicas de permanência estudantil no ensino superior é que seja, também, exposto nas instituições de ensino superior que foram objeto de estudo desta pesquisa. Pela análise quantitativa conduzida, almeja-se que, com esta divulgação dos guias, mais alunos ingressantes na universidade pública tenham acesso às informações dos seus direitos relativos aos auxílios para a permanência no curso de graduação.

Conforme visto, o aluno cotista, em todos os critérios, precisa provar que possui uma renda de até 1,5 salário por pessoa em sua residência, que é a mesma exigência para usufruir das políticas de permanência estudantil. Além disso, as políticas públicas de permanência estudantil, diferentemente das políticas públicas para o acesso ao ensino superior, não contam com um documento estadual, como o PPISES, que prescreve uma regra quantitativa a ser seguida pelas universidades paulistas ano a ano para a elevação do atendimento de alunos socioeconomicamente vulneráveis ao ensino superior. Portanto, a universidade não tem a obrigação de fornecer determinado número de bolsas moradia, alimentação, auxílio aluguel ou BAAE, por exemplo. Sua única obrigação é oferecê-las e distribuí-las aos discentes que assim as requisitarem e tiverem direito.

Mais uma vez, considera-se a taxa de alunos usufruidores das políticas públicas de permanência estudantil pelos alunos do curso de Direito, comparando-a com a taxa dos alunos cotistas, como mais uma justificativa para o trabalho com o produto desta dissertação de mestrado, os guias de permanência estudantil no ensino superior.

### 3.6 A consideração dos estudantes da UEMG e do IFSULDEMINAS sobre as políticas públicas de permanência estudantil

Para esta análise sobre a consideração do estudante universitário sobre as políticas públicas de permanência estudantil, foram entrevistados dois da UEMG, unidade de Passos, e dois do IFSULDEMINAS, também do campus da cidade de Passos.

Na UEMG, instituição pesquisada neste trabalho e que não possui políticas de permanência institucionalizadas, mas que já conta com mobilizações estudantis em busca do logro deste direito, foram entrevistados um aluno do curso de Publicidade e Propaganda e outro do de Medicina, ambos ingressantes pelas políticas de cotas raciais e para egressos de escola pública. O estudante de Publicidade e Propaganda considera que a política de permanência estudantil que mais beneficiaria os discentes seria o auxílio alimentação, este sendo, em sua opinião, a gratuidade das refeições no restaurante comunitário. O estudante ressaltou que o restaurante comunitário é da FESP, a Faculdade de Ensino Superior de Passos, a qual foi institucionalizada e deu origem a UEMG, em 2014. Portanto, o restaurante não é da UEMG e, tampouco, do estado. Por isto, seu preço é inacessível para grande parte dos estudantes da UEMG, sendo R\$ 10,00 o preço para a comunidade e, para o estudante e professor da UEMG e das escolas públicas, R\$ 8,00. O jovem salientou que a UEMG apenas oferece o almoço e, ainda assim, de segunda à sexta-feira. Como sua família reside em Pouso Alegre, ele fica em Passos direto, inclusive aos finais de semana. Ele acredita que, se possuísse a gratuidade de almoçar no restaurante universitário diariamente, além de economizar nos seus gastos, beneficiaria, também, sua produtividade, por não ter que ir em casa para cozinhar. Ele está no último ano da faculdade, estuda no período noturno e faz estágio na universidade e, também, em uma empresa privada. O entrevistado tem 21 anos e disse que, assim como ele, os estudantes que ingressam na UEMG e não possuem total respaldo da família para se manter na cidade de

Passos, buscam, assim que possível e permitido pelo curso, um estágio remunerado. O discente ressalta a importância dos grupos no Facebook fechados apenas para estudantes da UEMG de Passos, os quais possuem postagens diversas que muito auxiliam em sua manutenção na cidade, como oportunidade de estágios, empregos, trabalhos informais, repúblicas e até propagandas de supermercados e padarias com produtos em promoção naquele dia ou semana.

O segundo discente entrevistado na UEMG é do curso de Medicina e proveniente da cidade de São Paulo. Tem 26 anos e está no terceiro ano do curso. Em sua opinião, a existência de políticas públicas de permanência estudantil seria de fundamental importância para a manutenção qualitativa dos estudantes durante o curso de graduação na UEMG de Passos. Ele relatou que um amigo, estudante de Publicidade e Propaganda, curso do primeiro entrevistado nesta pesquisa, que também é da cidade de São Paulo, desistiu ainda no primeiro semestre do curso por não possuir condições financeiras de se manter em Passos. Este estudante voltou para a sua cidade natal e atualmente cursa Publicidade e Propaganda em uma faculdade particular e trabalha o dia todo. Ele conta que tem vários amigos que só conseguem se manter na cidade por trabalharem informalmente como garçons em serviços de buffet na cidade. Geralmente, por 12 horas de trabalho noturno trabalhando como garçom, o estudante ganha R\$ 100,00 e consegue, ao menos, comer durante a semana, até chegar no próximo final de semana para trabalhar novamente. Ele ressalta que o estudante que passa por esta situação é aquele cujo, ao menos, sua família envia um dinheiro para o pagamento do aluguel, ficando ao seu encargo apenas a alimentação. Este estudante fica privado de um lazer, por exemplo, por não possuir dinheiro. O discente disse conhecer estudantes que não contam com apoio nenhum da família e que são responsáveis por todos os seus gastos. Citou o caso de meninas que trabalham como faxineiras e até de pessoas que trabalham no comércio por 44h semanais e estudam no período noturno. Salaria que esta situação é inadmissível no seu curso de Medicina, devido ao fato deste ser integral. Ressaltou que, ao ingressar na Medicina, havia 20 vagas no vestibular destinadas a egressos de escola pública e duas para a concorrência geral. Ou seja, 90% deste montante de ingressantes viriam da escola pública. Ele disse que se surpreendeu ao chegar na UEMG de Passos com o conhecimento deste dado de acesso de estudantes egressos da escola pública e saber que a instituição não contava com políticas de permanência estudantil institucionalizadas. Ele mostrou indignação pelo fato de a UEMG ainda não

ter incorporado o restaurante comunitário que era da FESP e ainda estar oferecendo as refeições por R\$ 8,00, um preço alto para os estudantes. Outro aspecto citado pelo entrevistado é o fato de que a UEMG possui duas sedes na cidade: o prédio principal e o CIRE, os quais estão situados em lados opostos da cidade, fazendo com que o estudante tenha que gastar, diariamente, recursos financeiros com transporte para a sua locomoção. Cita que um auxílio transporte por parte da universidade seria de grande valia aos discentes. O último auxílio citado pelo entrevistado é o “auxílio psicológico”. Ele fala que a UEMG disponibiliza, gratuitamente aos seus estudantes, um ambulatório, exames laboratoriais e serviços na área de nutrição e clínica de psicopedagogia. Mas, pelo fato de vários discentes estarem residindo em Passos longe de suas famílias e pela “tamanho novidade” que é a vida universitária para um jovem, bem como a pressão que passam pela quantidade de matérias e o nível de dificuldade destas, principalmente para o estudante egresso da escola pública, se a universidade disponibilizasse um psicólogo para o atendimento gratuito de seus estudantes, alcançar-se-ia uma diminuição na taxa de evasão e, também, um aumento qualitativo do aproveitamento acadêmico e vital dos estudantes universitários da UEMG.

As entrevistas no IFSULDEMINAS foram feitas com um estudante do curso de Ciências da Computação e um do curso de Moda, ambos ingressantes pelas políticas de cotas para egressos da escola pública. O primeiro entrevistado, do curso de Ciências da Computação, tem 18 anos e está no primeiro ano do curso. Mora em Passos com a sua família e ajuda a sua avó com as despesas da casa com o auxílio socioeconômico que recebe do IFSULDEMINAS. Também conta com o auxílio transporte e com o auxílio material didático. Ele disse que usa o auxílio-material-didático, na maioria das vezes, para pagar as impressões dos trabalhos acadêmicos. O auxílio transporte, ele usa para pagar o ônibus circular para ir da sua casa até o instituto, situados em bairros distantes. O discente ressalta que, em alguns meses, os auxílios transporte e material didático não são suficientes e, portanto, precisa retirar parte do auxílio socioeconômico para arcar com suas despesas de locomoção e de material.

O entrevistado do curso de Moda tem 25 anos reside na cidade de Pratápolis, vizinha a Passos. Ele considera a importância das políticas de permanência estudantil oferecidos pelo IFSULDEMINAS, mas, assim como o primeiro entrevistado, ressaltou a insuficiência dos valores destas. O discente faz o trajeto diariamente à noite para

estudar, em ônibus fretado. Este aluno recebe R\$ 150,00 de auxílio transporte e R\$ 150,00 de material didático. O discente disse que os materiais do curso de Moda ultrapassam a quantia de R\$ 300,00 mensalmente. Falou ainda da miserabilidade financeira da maioria dos estudantes do curso de Moda e disse que a questão dos custos com o material didático é uma das principais causas da evasão do curso. A cidade de Passos é polo do mercado de moda na região, possuindo muitas e variadas indústrias de confecção que distribuem roupas para diversos lugares do Brasil e, também, do exterior. Tanto que, na cidade, há duas instituições de ensino superior pública oferecendo o curso de Moda. O IFSULDEMINAS, ao trazer um campus para Passos, fez uma pesquisa de possíveis demandas de curso de graduação que atenderiam as necessidades da cidade e da região e, o curso de Moda, está presente na instituição desde sua inauguração.

#### **4 O PRODUTO DESTE TRABALHO: O CONJUNTO DE GUIAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Este capítulo apresenta a estruturação dos guias com foco nas políticas de permanência estudantil das instituições de ensino superior pesquisadas. Os guias estão adequados para serem trabalhados com os estudantes do ensino médio da escola pública. Segundo Gracioli (2006, p. 53), a escola é um “local privilegiado para construção de atores políticos, agentes de transformação, sujeitos em emancipação e emancipadores”. A disseminação dos guias também pode ser feita para os universitários ingressantes das três instituições: UNESP, UEMG e IFSULDEMINAS, para que tomem conhecimento dos seus direitos ao entrarem no ensino superior.

O primeiro guia é o da UNESP, universidade que oferece um leque considerável de opções no atendimento do jovem socioeconomicamente vulnerável para a sua manutenção no curso de graduação. O segundo, é o do IFSULDEMINAS, um educandário que já nasceu com as políticas de permanência estudantil institucionalizadas, o qual, desde o início, tem o adolescente financeiramente carente como seu público-alvo. Conforme informação que consta neste trabalho, inclusive o local para a instalação dos *campi* do IFSULDEMINAS é escolhido levando em conta o critério de miserabilidade do bairro, porque busca-se a proximidade e o atendimento das classes mais pobres.

O último guia é específico da unidade de Passos da UEMG. Pelo fato de a universidade não possuir políticas de permanência estudantil institucionalizadas, foi feita uma pesquisa na unidade de Passos e foram elencados recursos, serviços e bolsas de estágio e de iniciação científica que a unidade oferece, e que, no contexto do estudante socioeconomicamente vulnerável, serve-lhe como meio de subsistência durante o curso de graduação.

Por meio dos guias, buscam-se práticas que visam à democratização do ensino superior. A partir do momento em que o conjunto de guias for oferecido às escolas públicas, espera-se que os educadores do ensino médio, docentes e/ou gestores façam um bom trabalho de divulgação e conscientizem os alunos financeiramente carentes a respeito dos seus direitos de permanecer na universidade pública.

## 4.1 Guia de permanência estudantil na UNESP

# CHEGOU NA UNESP FRANCA E PRECISA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL?

THE FABRICARIO

**Auxílio Socioeconômico:** apoia o estudante de graduação a se manter no local de realização do curso.

**Auxílio Aluguel:** quando as vagas ofertadas na moradia não atenderem à demanda.

**Subsídio Alimentação:** para aqueles que são contemplados com Auxílio Socioeconômico, Aluguel, Especial ou Moradia Estudantil.

**Auxílio Estágio:** quando o estágio obrigatório é feito fora da unidade de estudo e não é remunerado.

**Auxílio Especial:** para estudantes com deficiência, mobilidade reduzida e/ou doenças graves.

**Auxílio Provisório:** concedido ao estudante do período da matrícula até o resultado do processo seletivo.

**Auxílio Transporte:** para alunos cuja moradia estudantil fica distante da unidade.

**Moradia Estudantil:** destinado à permanência do estudante.

**Restaurante Universitário:** 300 refeições oferecidas durante o período do almoço.

**PROCURE O SETOR DE SERVIÇO SOCIAL  
DA UNESP FRANCA - (16) 3706-8872 E  
(16) 3706-8878 OU ACESSE  
[WWW.FRANCA.UNESP.BR/#!](http://WWW.FRANCA.UNESP.BR/#!)  
[/EXTENSAO/BOLSAS-E-AUXILIOS---FCHS/](#)**



## 4.2 Guia de permanência estudantil no IFSULDEMINAS

# PRECISA DE AUXÍLIO ESTUDANTIL? O IFSULDEMINAS PASSOS TEM!

**Auxílio-moradia:** para quem se mudou para Passos para estudar e não tem responsável legal na cidade.

**Auxílio-alimentação:** disponibilizado quando o aluno não tem o direito de realizar suas refeições gratuitamente no restaurante universitário do campus.

**Auxílio-transporte:** ajuda com as despesas diárias de transporte para ir e vir da faculdade.

**Auxílio Material Didático:** apoio para estudantes que necessitam de materiais específicos para o seu curso.

**Auxílio-creche:** para pais que estudam e cujas crianças não conseguiram vagas nas escolas públicas.

**Conheça também nossos outros programas:** Assistência à Saúde; Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; Acompanhamento do Serviço Social; Auxílio Participação em Eventos; Auxílio para Visitas Técnicas; Mobilidade Estudantil; Acompanhamento Psicológico e Pedagógico; Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura; Inclusão Digital.

**PROCURE O SETOR DE SERVIÇO SOCIAL  
DO IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS  
(35) 3526-4856 OU ACESSE  
[WWW.PORTAL.IFSULDEMINAS.EDU.BR/](http://WWW.PORTAL.IFSULDEMINAS.EDU.BR/)  
PRO-REITORIA-ENSINO/AUXILIO- ESTUDANTIL**



### 4.3 Guia de permanência estudantil na UEMG

A UEMG não possui políticas de permanência estudantil, mas a Unidade de Passos possui recursos paliativos para a sobrevivência na universidade.

# EI, CALOURO, TÁ PERDIDO? VEJA COMO A UEMG PASSOS PODE TE AJUDAR!

THE FABRICARIO

**Estágio Remunerado:** anualmente são lançados editais para estágios remunerados dentro da UEMG.

**Bolsas de Pesquisa e Extensão:** para incentivar a expansão do conhecimento acadêmico, muitos editais para projetos são lançados durante todo o ano.

**Ambulatório Escola (AMBES) e PSF Escola:** atendimento gratuito na área da saúde.

**Restaurante Universitário:** refeição completa com bebida e sobremesa por apenas R\$ 8,00.

**Centro de Atendimento Nutricional:** tratamento nutricional gratuito para estudantes.

**Centro de Atendimento Psicopedagógico:** acompanhamento educacional gratuito para os alunos.

**PROCURE O NÚCLEO DE APOIO AO  
ESTUDANTE (NAE) - (35) 3529-6000  
RUA DR. CARVALHO, 1147  
WWW.PASSOS.UEMG.BR**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no trabalho, as instituições de ensino superior já possuem a obrigatoriedade de reservar determinada porcentagem do seu número de vagas para os alunos socioeconomicamente vulneráveis, para que ingressem pelos critérios das cotas. Estas taxas, de 2016 para cá, em todas as instituições de ensino superior pesquisadas, foi de no mínimo 35%. Sendo assim, os educandários precisam trabalhar no angariamento de alunos de baixa renda para preencherem essas vagas. Para isto, a inscrição no vestibular é diferenciada e a classificação dos alunos que se inscreveram pela Reserva de Vagas também.

Sobre as políticas públicas de permanência estudantil, não há documentos que exijam a obrigação quantitativa de oferecimento destas pela universidade. A UNESP e o IFSULDEMINAS, instituições investigadas que oferecem essas políticas, são obrigados a oferecê-las, mas não há números que devem lograr sobre este oferecimento. Na entrevista com as assistentes sociais das instituições, a da UNESP afirmou que no *campus* de Franca sobram vagas na moradia estudantil todos os anos e a do IFSULDEMINAS disse que no *campus* de Passos todos os alunos que requisitam os auxílios para a permanência e se encaixam nos critérios de renda estabelecidos são atendidos, todos os anos. Sendo assim, pode-se afirmar que não há escassez de políticas de permanência estudantil nestas instituições. O trabalho com os guias de permanência estudantil, por meio de exposição nas instituições de ensino superior, poderá contribuir para o acesso do aluno ingressante a estes direitos que ele tem de permanência na universidade.

Merece relevância a prática semestral do IFSULDEMINAS de se reunir com a comunidade acadêmica para divulgar suas políticas públicas de permanência estudantil. Como relatado no trabalho, no início do ano a assistente social e mais a equipe do centro de saúde do estudante do *campus* se reúnem com os alunos e os pais desses alunos para divulgar os serviços de saúde oferecidos gratuitamente dentro do instituto, bem como as políticas de permanência estudantil, explicando todo o processo para a seleção dos beneficiários e esclarecendo dúvidas. No segundo semestre, a assistente social faz essa mesma reunião com os líderes de sala, para que repassem novamente a informação em sala de aula para que, caso haja alunos naquele momento que se encaixem no critério, eles possam participar da seleção no

meio do ano. É de grande valia para os alunos que essa prática seja uma das atribuições da assistente social, pois ela tem que executá-la.

Na UNESP, a divulgação das políticas de permanência estudantil aos alunos é feita, na maioria das vezes, pelos alunos que já usufruem dessas políticas, principalmente pelos que residem na moradia estudantil, o que é feito como um ato humanitário e voluntário da parte deles, ou seja, eles não são obrigados a fazê-lo. Isto acontece sem nenhuma intervenção oficial por parte da universidade.

O trabalho com a divulgação das políticas públicas de permanência estudantil, tanto ao aluno do ensino médio, quanto ao da universidade, também vem ao encontro de uma necessidade para combater a evasão estudantil no ensino superior, formatando-se, também, como uma ferramenta para a democratização do ensino superior. Sendo assim, além de contribuir com o discente, colabora com a universidade ao evitar que os alunos abandonem os cursos de graduação.

A UEMG, universidade também investigada neste trabalho e que não possui políticas públicas de permanência estudantil, trouxe uma análise interessante ao trabalho ao apresentar uma taxa de mais de 70% de egressos de escola pública estudando na instituição no ano de 2018 e mostrar, então, a importância da parceria e senso humanitário e de solidariedade entre os discentes para conseguirem se manter na cidade de Passos, usando, em sua maioria, as redes sociais para ajudarem e buscarem ajuda. Este fato da UEMG também instigou e possibilitou que fosse feito o guia com os serviços que a instituição oferece ao estudante, e que contribuem com sua permanência no curso de graduação, mesmo a universidade não contando com políticas de permanência estudantil institucionalizadas.

O trabalho com os guias das políticas públicas de permanência estudantil na universidade, produtos deste trabalho, permitirá que o aluno, antes mesmo de ingressar na universidade, saiba que poderá pleitear a possibilidade de contar com as políticas de permanência estudantil. Além disso, os guias, assim como estão, facilitarão o trabalho dos educadores das escolas públicas no processo de divulgação, contribuindo com o exercício de uma prática docente que busque, verdadeiramente, a emancipação dos alunos. O trabalho ainda encorajará o aluno a prosseguir os seus estudos no ensino superior e tentar uma vaga na universidade pública. Visto isto, conclui-se que esta pesquisa, que estuda a democratização do ensino superior, entrega à sociedade os guias de permanência estudantil na universidade como forma de contribuição concreta à temática estudada.

Sobre a prática pedagógica com os “Guias de Permanência na Universidade”, considera-se necessário o desenvolvimento, por parte do educador, de uma busca por maiores informações pertinentes ao aluno da escola pública, para instigá-lo a prosseguir os seus estudos no ensino superior. Por exemplo, apresentar-lhes uma amostragem das profissões existentes, ensinando-os a buscarem nos sites das universidades a grade curricular a ser estudada em cada curso, a terem acesso aos guias de profissões destas instituições e a conhecerem as possibilidades de campos de trabalho dos profissionais a serem formados.

São necessárias, também, informações referentes às isenções das taxas dos vestibulares, visto que estas informações são, geralmente, divulgadas bem antes da ampla divulgação das inscrições para os vestibulares e visto não contarem com a mesma quantidade e qualidade de anúncios que o vestibular das instituições de ensino superior privadas conta. Como pode ser visto na atualidade, os vestibulares das universidades públicas são, em sua maioria, mais caros que os das privadas. Além disso, a publicidade em torno do vestibular da universidade pública não alcança o *marketing* que a universidade privada faz. O conhecimento a respeito da isenção da taxa de inscrição do vestibular é assim de grande valia para os alunos poderem se entusiasmar a prestar o vestibular.

Assim como a informação sobre a isenção da taxa de inscrição, as inscrições no vestibular pelas ações afirmativas, em algumas universidades, podem estar em edital diferente e com data diferenciada do vestibular regular e, além disso, elas não possuem publicidade significativa e tampouco relevante como a das inscrições para o exame fora das vagas reservadas.

É necessária também a divulgação de informação sobre o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), desenvolvido pelo Ministério da Educação, no qual o candidato utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase de seu processo seletivo para ingressar no ensino superior. Esse processo contribui para o crescimento do número de egressos da escola pública entrando para a universidade pública, por fazer a seleção apenas em uma fase e em várias cidades do Brasil, não sendo, necessariamente, na cidade ou nas imediações da cidade da instituição cujas vagas se pleiteiam, e por custar um valor bem menor que um vestibular de universidade pública.

Outra informação a ser divulgada é sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), desenvolvido pelo Ministério da Educação. Criado pela Lei nº 11.096, de

13 de janeiro de 2005, o Programa concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, pelo fato de um dos pré-requisitos para pleiteá-lo se referir diretamente ao público atendido por este projeto de pesquisa, que é o aluno que cursa o ensino médio em escola da rede pública ou da rede particular com bolsa integral e que prove carência financeira por meio de documentos referentes à renda familiar.

Considerando a dificuldade da autora em encontrar bibliografia sobre o tema, haja vista as várias temáticas que podem ser abordadas pelo educador da escola pública para que se faça um trabalho mais eficaz com o aluno, e levando em conta a relevância do assunto das políticas públicas de permanência estudantil no ensino superior, este trabalho de mestrado sugere que sejam feitas mais pesquisas na área, principalmente nas demais universidades da região sudeste do Brasil, para que se possa traçar um panorama mais amplo de possibilidades de análise de temáticas relacionadas ao jovem da região.

A democratização do ensino superior será conquistada a muitas mãos. Esta dissertação espera contribuir com o arcabouço de ideias, o planejamento e o entusiasmo de muitos educadores que se preocupam com o processo de emancipação dos alunos da escola pública e de pesquisadores que também lutam pela causa da democratização do ensino superior.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, n. 10, p. 1-50, 1997. Disponível em:

<<http://www.enap.gov.br/documents/52930/707328/cad10.pdf/c8e241fc-5d44-4f4f-9755-0fe73eacd341>>. Acesso em: 06 maio 2018.

ALMEIDA, A. M. F. As escolas dos dirigentes paulistas: ensino médio, vestibular, desigualdade social. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. Resenha de BANDERA, N. D. O mercado escolar paulista: as lutas simbólicas entre as frações da classe dominante. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 309-312, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a15.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

ALMEIDA, F. J. **A aula essencial**: uma conversa introdutória. Águas de Lindóia, SP. 30 abr. 2013. Palestra ministrada durante o 3º Encontro de formação de PCs – DEITP – NPE, Melhor Gestão, Melhor Ensino. Disponível em: <[http://debauru.edunet.sp.gov.br/pages\\_arquivos/MGME\\_17maio13/curso1\\_palestra\\_s.pdf](http://debauru.edunet.sp.gov.br/pages_arquivos/MGME_17maio13/curso1_palestra_s.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2018.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ALVES, A. C. **Estado e ideologia**: aparência e realidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Tradução de Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARAUJO, J. C. F.; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 777-806, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a09v22n84.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AZEVEDO, T. C. A. M. **Análise do perfil socioeconômico e da origem administrativa do ensino médio dos alunos matriculados no 1º ano dos cursos de graduação da Unesp**. São Paulo: Fundação VUNESP, 2015.

BATISTA, N. C. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 95-128, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n86/0104-4036-ensaio-23-86-95.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BITTAR, M.; ALMEIDA C. E. M. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar em revista**, Curitiba, n. 28, p. 141-159, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a10n28.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

BOBBIO, N. **Elogio da Serenidade e outros escritos morais**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral do direito**. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação Vocacional**: a estratégia clínica. Tradução de José Maria Valeije Bojart. 5.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 39-64.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 06 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.537, de 21 de novembro de 1968. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 nov. 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5537.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5537.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 06 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.801, de 24 de abril de 2013. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis n. 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2013. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12801.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12801.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)>. Acesso em: 06 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 06 maio 2018.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Brasília: **IPEA**, 2011. (Texto para discussão 1584). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1584.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1584.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2018.

CARVALHO, C. H. A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a16v2796.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

CARVALHO, J. C. B. Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 299-326, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a03.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

CASTRO, V. G; TAVARES JUNIOR, F. Jovens em Contextos Sociais Desfavoráveis e Sucesso Escolar no Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 239-258, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00239.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

CHAVEZ ACHONG, J. Universidad Nacional Agraria La Molina – Perú: inclusión social y discriminación social. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 24, p. 141-155, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n24/n24a09.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução n. 101/2013**, de 16 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS.

Disponível em:

<[https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho\\_Superior\\_/resolucoes/2013/resolucao101.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2013/resolucao101.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 090/2017**, de 20 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Auxílio Estudantil do IFSULDEMINAS, revogando a Resolução 096/2014. Disponível em:

<[https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho\\_Superior\\_/resolucoes/2017/resolucao.090.2017.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2017/resolucao.090.2017.pdf)>. Acesso em 18 maio 2018

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido ou problema de concepção? In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 75-123.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa NEPP**: Unicamp, n. 82, 2009. Disponível em:

<<https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**:

Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/07.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

DURHAM, E. R. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 231-254, 1999. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a13.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

ESPINOZA DIAZ, O.; GONZALEZ, L. E. Políticas de educación superior en Chile desde la perspectiva de la equidad. **Sociedad y Economía**, Cali, n. 22, p. 68-94, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/soec/n22/n22a04.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** Um estudo crítico-comparativo da Teoria do Professor Reflexivo, do Construtivismo e da Psicologia Vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GIL, C. Z. V.; ALMEIDA, D. B. **A docência em História**: reflexões e propostas para ações. Erechim: Edelbra, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOMES, N. L. Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, v. 3 e 4, n. 1, p. 9-17, 2000. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/educa%C3%87%C3%83o-e-diversidade-cultural.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1997, p. 93-114.

GRACIOLI, M. M. **A Concepção subvertida de futuro dos jovens**: a trajetória pelo ensino médio. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106279/gracioli\\_mm\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106279/gracioli_mm_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 06 maio 2018.

GUIMARÃES, C. E. A disciplina no processo ensino-aprendizagem. **Didática**, São Paulo, n. 18, p. 33-39, 1982. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2024155/mod\\_resource/content/1/GUIMAR%C3%83ES.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2024155/mod_resource/content/1/GUIMAR%C3%83ES.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2018.

HERINGER, R.; HONORATO, G. S. Elementos para uma análise dos estudantes cotistas e bolsistas no curso de pedagogia da UFRJ. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 341-348, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n74/0103-4979-ccrh-28-74-0341.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

KLEIN, A. M.; ARANTES, V. A. Projetos de Vida de Jovens Estudantes do Ensino Médio e a Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00135.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2016.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder. São Paulo: Ática, 1997.

LARANJEIRA, D. H. P.; IRIART, M. F. S.; RODRIGUES, M. S. Problematizando as Transições Juvenis na Saída do Ensino Médio. **Educação & Realidad**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117-133, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00117.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2016.

LEITE, R. C. Aportes teóricos para análise política da Universidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 113-128, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n1/v27n1a06.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.  
Resenha de LISITA, V. M. S. S. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 513-515, 2007. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao\\_leitura/pedagogia/resenhapedagogiapedagogos.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/pedagogia/resenhapedagogiapedagogos.pdf)>. Acesso em 28 jun. 2015.

LINDBLOM, C. E. **O processo de decisão política**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1981.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. Campinas: Autores Associados, 2007.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATOS, M. S. et al. O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 720-742, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/10.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

MENEZES, L. C. O novo público e a nova natureza do ensino médio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 201-208, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a08.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

MINAS GERAIS. Lei n. 15.259, de 27 de julho de 2004. Institui sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – para os grupos de candidatos que menciona. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 28 jul. 2004. Col. 2, p. 1. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=15259&ano=2004>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 15.424, de 30 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 31 dez. 2004, Col. 2, p. 1. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15424&comp=&ano=2004>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 22.570, de 05 de julho de 2017. Dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. **Diário Oficial**

**do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 06 jul. 2017. Col. 1, p. 1.

Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=22570&ano=2017>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MOHR, N. E. R. et al. A expansão das fronteiras da educação pública superior: uma análise da experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 791-817, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/13.pdf>>.

Acesso em: 31 out. 2015.

NEVES, C. E. B. N.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira.

**Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 124-157, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em:

[http://www.academia.edu/8171621/PESQUISA\\_QUALITATIVA\\_CARACTER%C3%84STICAS\\_USOS\\_E\\_POSSIBILIDADES](http://www.academia.edu/8171621/PESQUISA_QUALITATIVA_CARACTER%C3%84STICAS_USOS_E_POSSIBILIDADES)>. Acesso em: 28 jun. 2015.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-288, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf>>.

Acesso em: 06 maio 2018.

PALMA FILHO, J. C. Cidadania e Educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 101-121, 1998. Disponível em:

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/161.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PASSOS, G. O.; GOMES, M. B. A instituição da reserva de vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política. **Ensaio**, Avaliação e Políticas Públicas em Educação: Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1091-1114, 2014.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n85/v22n85a10.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p.

1343-1368, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n88/a05v2588.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, 2002. Disponível em: Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12927.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

RAMA, G. W. **Estilos educativos**: educación, estrutura social y estilos de desarrollo. Buenos Aires, UNESCO/CEPAL/PNUD, Documento DEALC/6, set. 1977, p. 61-67. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000331/033155sb.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

RIBEIRO, S. S. C. A ideologia da escola para Althusser: definições e contraposições. **Revista Fasem**: Uruaçu, v. 2, n. 2, p. 82-89, 2012. Disponível em: <<http://www.fasem.edu.br/revista/index.php/fasemciencias/article/view/21/pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

ROCHA, E. P. G. **O que é etnocentrismo**. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

SALES, C. V.; VASCONCELOS, M. A. D. M. Ensino Médio Integrado e Juventudes: desafios e projetos de futuro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 69-90, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00069.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2016.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, H. M. G. **Gestão educacional e sistemas de avaliação**: os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90358/silva\\_hmg\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90358/silva_hmg_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 06 maio 2018.

SOUZA, J. V. S. **Alunos de escola pública na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: portas entreabertas. 2009. 464 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17719/000723756.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 maio 2018.

SOUZA, M. R. A.; MENEZES, M. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? **Revista Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas

em Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 609-634, 2014. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a03v22n84.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.

SPARTA, M.; GOMES, W. B. Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 45-53, 2005. Disponível em:  
<<http://www.ufrgs.br/museupsi/lafec/16.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, 2013. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n2/11.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

WHITAKER, D. C. A. Ideologia X Cultura: como harmonizar esses conceitos tão antagônicos? In. SOUZA, E. M. M.; CHAQUIME, L. P.; LIMA, P. G. R. (Orgs.). **Teoria e Prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003, p. 13-35.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2016.

## ANEXO A - TABELA DE CANDIDATOS POR VAGA NO VESTIBULAR DA UNESP PARA O ANO DE 2016

curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga
028 Ciências Biológicas - Bacharelado: Gerenciamento Costeiro ou Biologia Marinha - integral	Litoral Paulista	40	118	303	421	10,5
026 Ciências Biológicas (Bac) - Vespertino/Noturno e Licenciatura - noturno	Ilha Solteira	50	59	130	189	3,8
021 Ciências Biológicas (Bac/Lic) - integral	Assis	40	100	175	275	6,9
020 Ciências Biológicas (Bac/Lic) - integral	Bauru	40	124	248	372	9,3
022 Ciências Biológicas (Bac/Lic) - integral	Botucatu	40	194	337	531	13,3
023 Ciências Biológicas (Bac/Lic) - integral	Rio Claro	40	160	329	489	12,2
024 Ciências Biológicas (Bac/Lic) - integral	São José do Rio Preto	50	151	280	431	8,6
025 Ciências Biológicas (Bac/Lic) - noturno	Jaboticabal	40	88	159	247	6,2
027 Ciências Biológicas (Bac/Lic) - noturno	Rio Claro	25	95	168	263	10,5
029 Ciências Biológicas (Lic) - noturno	Bauru	40	50	116	166	4,2
030 Ciências Biológicas (Lic) - noturno	Botucatu	40	63	148	211	5,3
031 Ciências Biológicas (Lic) - noturno	Litoral Paulista	40	34	70	104	2,6
032 Ciências Biomédicas - integral	Botucatu	40	250	980	1.230	30,8
049 Ecologia - integral	Rio Claro	30	44	75	119	4,0
050 Educação Física (Bac/Lic) - diurno	Presidente Prudente	45	137	91	228	5,1
051 Educação Física (Bac/Lic) - integral	Bauru	40	170	94	264	6,6
052 Educação Física (Bac/Lic) - integral	Rio Claro	60	321	177	498	8,3
053 Educação Física (Bac/Lic) - noturno	Bauru	40	264	138	402	10,1
054 Educação Física (Bac/Lic) - vespertino/noturno	Presidente Prudente	45	144	82	226	5,0
056 Enfermagem - integral	Botucatu	30	120	836	956	31,9
178 Engenharia Agrônômica - integral	Botucatu	80	535	251	786	9,8
057 Engenharia Agrônômica - integral	Dracena	40	101	69	170	4,3
179 Engenharia Agrônômica - integral	Ilha Solteira	40	213	98	311	7,8
180 Engenharia Agrônômica - integral	Jaboticabal	100	581	248	829	8,3
072 Engenharia de Pesca - integral	Registro	40	80	37	117	2,9

curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga
079 Engenharia Florestal - integral	Botucatu	40	91	70	161	4,0
087 Farmácia-Bioquímica - integral	Araraquara	70	173	646	819	11,7
088 Farmácia-Bioquímica - noturno	Araraquara	30	121	325	446	14,9
098 Fisioterapia - integral	Marília	40	192	699	891	22,3
097 Fisioterapia - integral	Presidente Prudente	45	150	550	700	15,6
099 Fonoaudiologia - integral	Marília	35	19	251	270	7,7
126 Medicina - integral	Botucatu	90	7.824	16.130	23.954	266,2
128 Medicina Veterinária - integral	Araçatuba	60	278	878	1.156	19,3
129 Medicina Veterinária - integral	Botucatu	60	532	1.935	2.467	41,1
127 Medicina Veterinária - integral	Jaboticabal	50	312	1.069	1.381	27,6
141 Nutrição - noturno	Botucatu	30	205	820	1.025	34,2
142 Odontologia - integral	Araçatuba	80	287	811	1.098	13,7
143 Odontologia - integral	Araraquara	75	347	1.090	1.437	19,2
144 Odontologia - integral	São José dos Campos	50	213	639	852	17,0
145 Odontologia - noturno	Araçatuba	30	102	269	371	12,4
146 Odontologia - noturno	São José dos Campos	30	101	310	411	13,7
171 Terapia Ocupacional - integral	Marília	40	19	223	242	6,1
176 Zootecnia - integral	Botucatu	60	124	191	315	5,3
173 Zootecnia - integral	Dracena	40	62	94	156	3,9
175 Zootecnia - integral	Ilha Solteira	40	84	125	209	5,2
174 Zootecnia - integral	Jaboticabal	50	101	133	234	4,7
<b>TOTAL</b>		<b>2.160</b>	<b>15.533</b>	<b>32.897</b>	<b>48.430</b>	<b>22,4</b>

curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga	
017	Ciência da Computação (Bac) - integral	Bauru	30	614	86	700	23,3
018	Ciência da Computação (Bac) - integral	São José do Rio Preto	35	406	51	457	13,1
019	Ciência da Computação (Bac) - vespertino/noturno	Presidente Prudente	35	263	40	303	8,7
033	Ciências da Computação (Bac) - integral	Rio Claro	30	324	53	377	12,6
034	Ciências da Computação (Bac) - noturno	Rio Claro	30	264	37	301	10,0
058	Engenharia Ambiental - integral	Presidente Prudente	35	84	101	185	5,3
060	Engenharia Ambiental - integral	Rio Claro	30	149	172	321	10,7
059	Engenharia Ambiental - integral	São José dos Campos	40	163	171	334	8,4
061	Engenharia Biotecnológica - integral	Assis	45	125	160	285	6,3
062	Engenharia Cartográfica - integral	Presidente Prudente	40	75	48	123	3,1
063	Engenharia Civil - integral	Bauru	60	1.183	703	1.886	31,4
064	Engenharia Civil - integral	Guaratinguetá	40	495	332	827	20,7
065	Engenharia Civil - integral	Ilha Solteira	40	491	296	787	19,7
066	Engenharia de Alimentos - integral	São José do Rio Preto	30	134	330	464	15,5
068	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia - integral	Araraquara	40	111	152	263	6,6
067	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia - integral	Botucatu	50	176	189	365	7,3
069	Engenharia de Biosistemas - integral	Tupã	40	58	40	98	2,5
070	Engenharia de Energia - integral	Rosana	40	105	52	157	3,9
071	Engenharia de Materiais - integral	Guaratinguetá	40	183	149	332	8,3
073	Engenharia de Produção - noturno	Itapeva	40	410	306	716	17,9
074	Engenharia de Produção Mecânica - integral	Guaratinguetá	30	374	167	541	18,0
075	Engenharia de Telecomunicações - integral	São João da Boa Vista	40	123	28	151	3,8
076	Engenharia Elétrica - integral	Bauru	60	786	136	922	15,4
077	Engenharia Elétrica - integral	Guaratinguetá	40	447	120	567	14,2
078	Engenharia Elétrica - integral	Ilha Solteira	40	358	61	419	10,5
080	Engenharia Industrial Madeireira - integral	Itapeva	40	67	37	104	2,6

emissão: 19/10/2016 10:44:44

Cand/Vaga

3



curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga	
081	Engenharia Mecânica - integral	Bauru	60	1.446	154	1.600	26,7
082	Engenharia Mecânica - integral	Guaratinguetá	60	669	104	773	12,9
083	Engenharia Mecânica - integral	Ilha Solteira	40	544	86	630	15,8
084	Engenharia Mecânica - noturno	Guaratinguetá	30	376	58	434	14,5
085	Engenharia Química - integral	Araraquara	40	891	788	1.679	42,0
086	Estatística - diurno	Presidente Prudente	30	79	40	119	4,0
092	Física - Bacharelado em Física Biológica e Licenciatura em Física - integral	São José do Rio Preto	50	67	29	96	1,9
093	Física - Bacharelado em Física dos Materiais - vespertino/noturno e Licenciatura em Física - noturno	Bauru	60	126	39	165	2,8
090	Física (Bac/Lic) - integral	Rio Claro	40	222	74	296	7,4
091	Física (Bac/Lic) - noturno	Guaratinguetá	40	108	49	157	3,9
095	Física (Lic) - noturno	Ilha Solteira	30	35	11	46	1,5
094	Física (Lic) - noturno	Presidente Prudente	30	45	16	61	2,0
096	Física Médica - integral	Botucatu	40	97	103	200	5,0
106	Geologia - integral	Rio Claro	35	190	144	334	9,5
118	Matemática (Bac/Lic) - diurno	São José do Rio Preto	55	90	91	181	3,3
119	Matemática (Bac/Lic) - integral	Rio Claro	45	125	71	196	4,4
120	Matemática (Lic) - matutino	Presidente Prudente	40	19	19	38	1,0
121	Matemática (Lic) - noturno	Bauru	40	104	74	178	4,5
123	Matemática (Lic) - noturno	Guaratinguetá	30	40	43	83	2,8
124	Matemática (Lic) - noturno	Ilha Solteira	30	37	25	62	2,1
122	Matemática (Lic) - noturno	Presidente Prudente	50	41	25	66	1,3
125	Matemática (Lic) - noturno	São José do Rio Preto	45	70	36	106	2,4
130	Meteorologia (Bac) - integral	Bauru	40	32	30	62	1,6
160	Química - Bac em Química Ambiental e Lic em Química - integral	São José do Rio Preto	40	53	110	163	3,3
161	Química - Bac em Química Ambiental Tecnológica e Lic em Química - noturno	Bauru	50	115	129	244	6,1

emissão: 19/10/2016 10:44:44

Cand/Vaga

4



curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga
162 Química - Bac em Química e em Química Tecnológica - integral	Araraquara	50	265	298	563	11,3
164 Química (Lic) - noturno	Araraquara	30	63	73	136	4,5
163 Química (Lic) - noturno	Presidente Prudente	40	24	44	68	1,7
170 Sistemas de Informação (Bac) - noturno	Bauru	40	324	71	395	9,9
<b>TOTAL</b>		<b>2.230</b>	<b>14.265</b>	<b>6.851</b>	<b>21.116</b>	<b>9,5</b>

curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga
001 Administração (Bac) - diurno	Tupã	40	158	127	285	7,1
002 Administração (Bac) - noturno	Jaboticabal	40	293	250	543	13,6
003 Administração (Bac) - noturno	Tupã	40	111	112	223	5,6
004 Administração Pública (Bac) - diurno	Araraquara	50	156	153	309	6,2
005 Administração Pública (Bac) - noturno	Araraquara	50	123	143	266	5,3
009 Arquitetura e Urbanismo - integral	Bauru	45	487	1.500	1.987	44,2
010 Arquitetura e Urbanismo - integral	Presidente Prudente	40	238	708	946	23,7
011 Arquivologia - diurno	Marília	30	26	32	58	1,9
013 Artes Cênicas (Bac) - Habilitação em Interpretação Teatral - diurno	São Paulo	30	196	408	604	20,1
014 Artes Visuais (Bac/Lic) - diurno	São Paulo	40	218	531	749	18,7
015 Artes Visuais (Bac/Lic) - vespertino/noturno	Bauru	40	81	155	236	5,9
012 Arte-Teatro (Lic) - noturno	São Paulo	30	123	152	275	9,2
016 Biblioteconomia - diurno	Marília	35	15	58	73	2,1
035 Ciências Econômicas (Bac) - diurno	Araraquara	50	667	315	982	19,6
036 Ciências Econômicas (Bac) - noturno	Araraquara	50	325	185	510	10,2
037 Ciências Sociais (Bac/Lic) - diurno	Araraquara	50	119	187	306	6,1
038 Ciências Sociais (Bac/Lic) - matutino	Marília	50	93	138	231	4,6
039 Ciências Sociais (Bac/Lic) - noturno	Araraquara	50	125	115	240	4,8
040 Ciências Sociais (Bac/Lic) - noturno	Marília	50	70	75	145	2,9
041 Comunicação Social - Jornalismo - diurno	Bauru	40	214	511	725	18,1
042 Comunicação Social - Jornalismo - noturno	Bauru	50	219	393	612	12,2
043 Comunicação Social - Radialismo - diurno	Bauru	30	131	194	325	10,8
045 Design (Design Gráfico ou Design de Produto) - noturno	Bauru	60	279	227	506	8,4
046 Design (Design Gráfico) - diurno	Bauru	30	201	273	474	15,8
047 Direito - matutino	Franca	60	1.102	2.203	3.305	55,1
048 Direito - noturno	Franca	60	1.015	1.478	2.493	41,6

curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga	
089	Filosofia (Bac/Lic) - noturno	Marília	35	111	91	202	5,8
100	Geografia (Bac/Lic) - diurno	Ourinhos	45	34	29	63	1,4
101	Geografia (Bac/Lic) - integral	Rio Claro	40	145	132	277	6,9
102	Geografia (Bac/Lic) - matutino	Presidente Prudente	40	42	31	73	1,8
104	Geografia (Bac/Lic) - noturno	Ourinhos	45	25	28	53	1,2
103	Geografia (Bac/Lic) - noturno	Presidente Prudente	45	68	34	102	2,3
105	Geografia (Lic) - noturno	Rio Claro	40	68	36	104	2,6
107	História (Bac/Lic) - matutino	Franca	50	212	215	427	8,5
108	História (Bac/Lic) - noturno	Franca	50	223	170	393	7,9
109	História (Lic) - matutino	Assis	45	64	117	181	4,0
110	História (Lic) - noturno	Assis	45	116	89	205	4,6
117	Letras - Tradutor (Bac) - integral	São José do Rio Preto	32	68	199	267	8,3
111	Letras (Bac/Lic) - diurno	Araraquara	60	87	308	395	6,6
112	Letras (Bac/Lic) - noturno	Araraquara	60	108	186	294	4,9
113	Letras (Lic) - diurno	São José do Rio Preto	34	36	119	155	4,6
114	Letras (Lic) - matutino	Assis	70	49	93	142	2,0
115	Letras (Lic) - noturno	Assis	70	46	109	155	2,2
116	Letras (Lic) - noturno	São José do Rio Preto	39	57	93	150	3,9
131	Música (Bac) - Habilitação em Canto - diurno	São Paulo	5	23	30	53	10,6
132	Música (Bac) - Habilitação em Instrumento: Cordas - diurno	São Paulo	12	40	15	55	4,6
133	Música (Bac) - Habilitação em Instrumento: Percussão - diurno	São Paulo	4	24	8	32	8,0
134	Música (Bac) - Habilitação em Instrumento: Sopros - diurno	São Paulo	10	16	16	32	3,2
138	Música (Bac) - Habilitação em Instrumento: Teclados - diurno	São Paulo	8	24	15	39	4,9
139	Música (Bac) - Habilitação em Instrumento: Violão - diurno	São Paulo	4	39	4	43	10,8
140	Música (Bac) - Habilitações em Composição ou Regência - diurno	São Paulo	20	71	21	92	4,6
055	Música (Lic) - diurno	São Paulo	22	98	80	178	8,1

curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga	
147	Pedagogia (Lic) - diurno	Araraquara	50	8	174	182	3,6
148	Pedagogia (Lic) - matutino	Marília	40	7	97	104	2,6
150	Pedagogia (Lic) - noturno	Araraquara	50	15	200	215	4,3
149	Pedagogia (Lic) - noturno	Bauru	40	20	249	269	6,7
152	Pedagogia (Lic) - noturno	Marília	80	36	190	226	2,8
151	Pedagogia (Lic) - noturno	Presidente Prudente	45	14	129	143	3,2
153	Pedagogia (Lic) - noturno	Rio Claro	45	15	266	281	6,2
154	Pedagogia (Lic) - noturno	São José do Rio Preto	40	20	197	217	5,4
155	Pedagogia (Lic) - vespertino	Presidente Prudente	35	8	51	59	1,7
156	Psicologia - integral	Bauru	35	343	1.210	1.553	44,4
157	Psicologia - matutino/vespertino	Assis	45	156	645	801	17,8
158	Psicologia - noturno	Bauru	35	316	979	1.295	37,0
159	Psicologia - vespertino/noturno	Assis	45	153	475	628	14,0
165	Relações Internacionais - noturno	Franca	50	240	290	530	10,6
166	Relações Internacionais - noturno	Marília	40	202	297	499	12,5
167	Relações Internacionais - vespertino	Franca	50	265	495	760	15,2
181	Relações Públicas - noturno	Bauru	50	161	434	595	11,9
168	Serviço Social - matutino	Franca	40	22	129	151	3,8
169	Serviço Social - noturno	Franca	50	54	154	208	4,2
172	Turismo - diurno	Rosana	40	37	81	118	3,0
<b>TOTAL</b>			<b>2.975</b>	<b>10.771</b>	<b>19.633</b>	<b>30.404</b>	<b>10,2</b>

curso	cidade	vagas	masculino	feminino	geral	cand/vaga
177 Treineiro		0	780	1.394	2.174	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>7.365</b>	<b>41.349</b>	<b>60.775</b>	<b>102.124</b>	